



2017
CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS
MUNICÍPIO DE ABRANTES



Índice

Relatório de Gestão Consolidado -----	3
Demonstrações Financeiras Consolidadas -----	20
Balanço Consolidado-----	21
Demonstração de Resultados Consolidada -----	25
Anexos as Demonstrações Financeiras -----	27
I. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas -----	28
II. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada -----	32
III. Informações relativas aos procedimentos de consolidação -----	34
IV. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo -----	44
V. Informações sobre saldos financeiros e fluxos financeiros e fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais -----	45
VI. Informações relativas a compromissos -----	51
VII. Informações relativas a políticas contabilísticas -----	52
VIII. Informações relativas a determinadas rubricas -----	58
IX. Informações diversas -----	68
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – LEI N.º 73/2013 -----	70



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2017
MUNICÍPIO DE ABRANTES



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Introdução

A consolidação de contas é uma técnica contabilística que **visa apresentar as contas de um grupo como se de uma única entidade económica se tratasse**. No processo de consolidação de contas elaboram-se as demonstrações financeiras do grupo económico, em função das demonstrações financeiras de cada uma das entidades consideradas individualmente.

Em 2007, a Lei das Finanças Locais (LFL) veio tornar obrigatória, para os municípios que detivessem serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local, a consolidação de contas, designadamente, no nº1 do seu artº 46º:

*Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos **municípios que detenham serviços municipalizados** ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo.*

Desde então, o Município de Abrantes, tem elaborado a Consolidação de Contas do grupo Municipal, a qual acompanhou os documentos de Prestação de Contas que são submetidos anualmente a aprovação da Assembleia Municipal.

Com a entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), foram introduzidas diversas alterações ao processo de consolidação de contas, nomeadamente:

- **Ao calendário de aprovação** – nos termos do disposto no nº 2 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a apreciação dos documentos de prestação de contas consolidadas são apreciados pelo órgão deliberativo, durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam;
- **Ao perímetro de consolidação** - nos termos do disposto no nº 3 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é constituído por um município, uma entidade intermunicipal ou associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar da sua atividades.

Assim, em cumprimento do disposto no artigo 75º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, elaborou-se o presente Relatório de Contas Consolidadas, relativas ao ano de 2017, o qual é submetido para aprovação.

As contas consolidadas do grupo autárquico cumprem ainda a Orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que estabelece um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar



subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que de acordo com o seu artigo 3º, são de aplicação obrigatória, bem como as instruções do SATAPOCAL, de 16 de maio de 2011.

Dado o volume de informação e complexidade técnica de algumas matérias, procurou-se no presente Relatório, uma sistematização dos diferentes dados financeiros e contabilísticos das entidades que constituem o Grupo Municipal, apresentando-se um relato estruturado da informação que consta dos diversos mapas em anexo ao mesmo.

1. Perímetro de Consolidação

Conforme preconizado no nº 2 do artº 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são entidades “mães” ou consolidantes, os municípios, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal.

Um **grupo autárquico** é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas. A existência ou presunção de controlo, sobre uma entidade para efeitos de definição de perímetro de consolidação, afere-se pela verificação dos seguintes requisitos:

- **Serviços municipalizados e intermunicipalizados**, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- **Entidades de natureza empresarial**, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- **Entidades de outra natureza**, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.



Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Do acima referido, o perímetro de consolidação obrigatório passou, a partir de 2016¹, a ser formado pelo município de Abrantes (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, que constam do quadro que se segue.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidades	Objeto	Critério	% participação	Controlo ou Presunção	Método de consolidação
Município de Abrantes	Equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, e cooperação externa.	Entidade Mãe*			
Serviços Municipalizados de Abrantes	Abastecimento de água de qualidade à população, a drenagem e tratamento das águas residuais em todo o concelhos e resíduos sólidos.	Obrigatória	100%	n.a.	Integral
Tagusvalley - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo		C ou PC	96%	Sim	
A.Logos - Associação Desenvolvimento Assessoria e Ensaio Técnico		C ou PC	95,74%	Sim	

*Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas (n.º1 do art.º 75º, Lei n.º 73/2013)

¹ No de correr do ano de 2016, a ACCAL – Associação Centro Comercial Ar Livre foi extinta.



As entidades Tagusvalley, A.Logos, aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, pelo que foi feita conversão das suas contas para o POCAL, de acordo com os critérios estabelecidos no Manual de Consolidação. Após esse exercício, procedeu-se à homogeneização e à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo municipal. Depois desse processo, procedeu-se à agregação dos dados, o que permitiu obter uma imagem verdadeira, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo.

2. Análise Económica e Financeira da Atividade Consolidada

2.1 Análise ao Balanço Consolidado

O **Balanço Consolidado** apresenta a situação do património do Grupo Municipal do Município de Abrantes à data de encerramento do exercício do ano 2017.

Todos os indicadores do balanço consolidado apresentam variações semelhantes às do balanço individual do Município e no mesmo sentido, o que traduz o forte peso do Município enquanto entidade-mãe.

Enquanto entidade-mãe, o Balanço do Município tem um forte peso no Balanço Consolidado, com uma representatividade de cerca de 90%, seguindo-se os SMA (7%), a Tagusvalley (2%) e a A.Logos (1%).

Síntese do Balanço Consolidado

Ativo	2016	%	Varia.	2017	%	Varia.
Imobilizado	171.675.277,78 €	89,2%	-1,3%	168.876.011,80 €	87,8%	-1,6%
Bens de Domínio Público	69.664.520,97	35,4%	-2,0%	69.078.727,18	35,9%	-0,8%
Imobilizações Incorpóreas	541.416,41	0,3%	1,5%	597.707,52	0,3%	10,4%
Imobilizações Corpóreas	96.257.813,56 €	48,9%	-0,9%	94.075.127,55 €	48,9%	-2,3%
Investimentos Financeiros	5.211.526,84 €	2,6%	-1,3%	5.124.449,55 €	2,7%	-1,7%
Circulante	20.866.972,00 €	10,8%	-8,5%	23.433.045,95 €	12,2%	12,3%
Existências	750.440,26 €	0,4%	2,2%	753.113,45 €	0,4%	0,4%
Dívidas de Terceiros CP	2.217.016,24 €	1,1%	-29,4%	1.970.289,67 €	1,0%	-11,1%
Disponibilidades	9.488.960,14 €	4,8%	16,0%	11.839.767,15 €	6,2%	24,8%
Acréscimos e Diferimentos	8.410.555,36 €	4,3%	-21,7%	8.869.875,68 €	4,6%	5,5%
TOTAL DO ACTIVO	192.542.249,78 €	100%	-2,2%	192.309.057,75 €	100%	-0,1%



Fundos Próprios e Passivos	2016	%	Varia.	2017	%	Varia.
Fundos Próprios	157.122.567,83 €	81,6%	0,38%	157.885.680,46 €	82,1%	0,49%
Património	142.091.885,44 €	72,2%	0,55%	141.028.134,73 €	73,3%	-0,75%
Diferenças de Consolidação	- €	0,0%	-100%	- €	0,0%	-
Outros Instrumentos de Fundos Próprios	- €	0,0%	0,00%	- €	0,0%	-
Ajustamento partes Capital	223.996,21 €	0,1%	0,00%	223.073,03 €	0,1%	-0,41%
Reservas	3.157.483,69 €	1,6%	1,65%	3.173.787,18 €	1,7%	0,52%
Doações	284.420,34 €	0,1%	0,00%	285.420,34 €	0,1%	0,35%
Resultados Transitados	11.264.037,02	5,7%	4,78%	11.515.205,59	6,0%	2,23%
Resultado Liq. do Exercício	100.745,13 €	0,1%	-86,55%	1.660.059,59 €	0,9%	1547,78%
Interesses Minoritários	63.788,79 €	0,04%	39,04%	54.470,98 €	0,03%	-14,61%

Passivo	35.355.893,16 €	18,4%	-12,16%	34.368.906,31 €	17,9%	-2,79%
Provisões para riscos e encargos	361.604,22 €	0,188%	0,59%	361.604,22 €	0,188%	0,00%
Empréstimos MLP	7.584.626,10 €	4,4%	-20,69%	5.974.488,85 €	3,107%	-21,23%
Dívidas a Terceiros CP	3.125.009,82 €	1,8%	-20,43%	3.929.734,64 €	2,043%	25,75%
Acréscimos e Diferimentos	24.284.653,02 €	14,2%	-8,02%	24.103.078,60 €	12,534%	-0,75%
TOTAL	192.542.249,78 €	100%	-2,17%	192.309.057,75 €	100%	-0,12%

Pela análise ao **Balanço Consolidado do Grupo Municipal**, verifica-se que o **Ativo Líquido Total**, no final do exercício de 2017, apresenta o valor de 192.309.057,75€, com correspondência em termos brutos a um montante de 318.050.718,93€. A variação líquida do Ativo foi quase nula (-0,1%), face ao ano 2016.

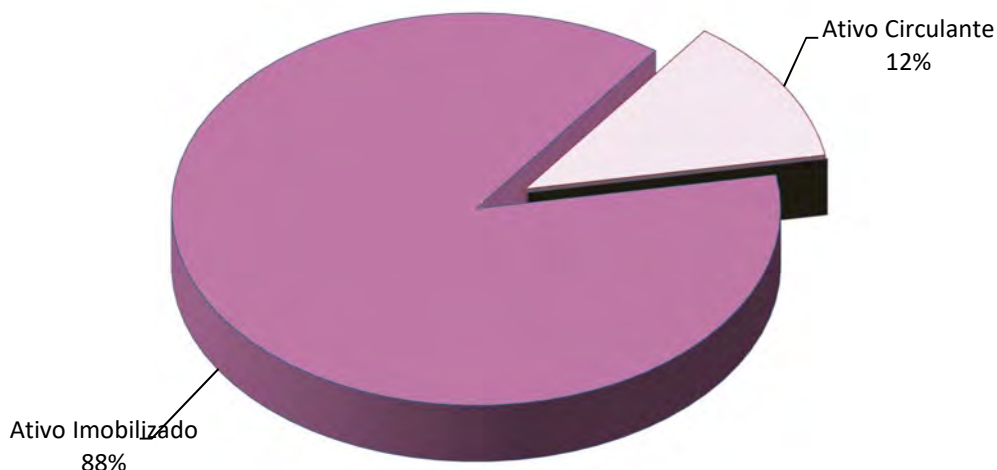
O **Ativo Imobilizado** representa cerca de 87,8% do Ativo. Os **Bens de Domínio Público** são, exclusivamente, municipais e representam, 35,9% do Ativo Imobilizado do grupo. As **Imobilizações Incorpóreas**, têm um peso relativo residual no Ativo do grupo, sendo detidas, na quase totalidade, pelo município (99%). O restante 1% está inscrito no balanço da Tagusvalley. Quanto às imobilizações corpóreas, que representam cerca de 48,9% do imobilizado do grupo, 83% são municipais, 12% são dos SMA, 4% pertencem à Tagusvalley e os restantes 1% são da A.Logos.



O **Ativo Circulante** representa cerca de 12,2% do Ativo, tendo registado um acréscimo de cerca de 12%, face a 2016. Neste âmbito, salienta-se a continuação do decréscimo da **dívida de terceiros de CP** (aproximadamente, -11%), face ao ano transato.

Do montante total da **dívida de terceiros a CP** (1.970.289,67€), cerca de 32% são dívidas ao município, 29% constituem dívida aos SMA, 33% à Tagusvalley e 6% à A.Logos.

Repartição do Ativo Líquido Consolidado - 2017



Apenas o Município, os SMA e A.Logos apresentam valores na conta de **Existências**, tendo esta conta registado um crescimento residual de 0,4%. O Município contribuiu com 50% do valor registado, os SMA com 49% e a A.Logos com o restante 1%.

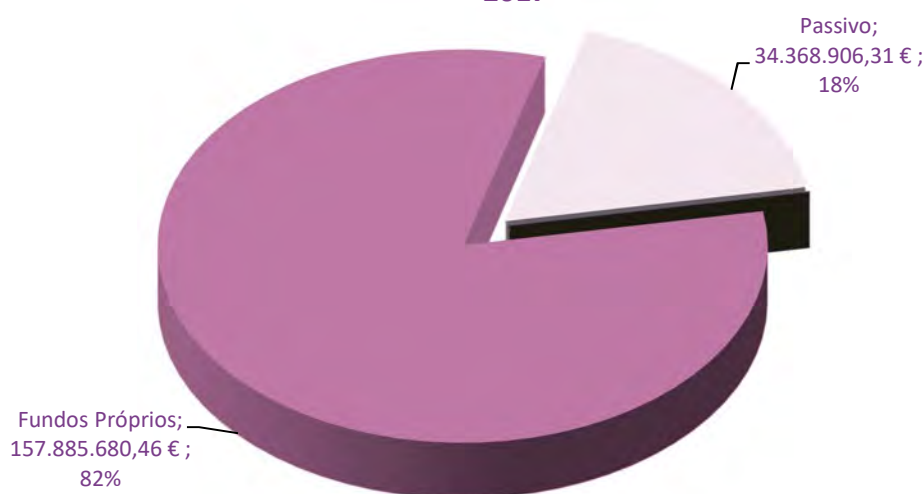
De registar, a variação positiva das **Disponibilidades** em 25%. Todas as entidades apresentam depósitos em instituições bancárias e valores em caixa, repartindo-se o montante total das disponibilidades (8.839.267,15€), da seguinte forma: Município – 67%; SMA – 32,5%; A.Logos - 0,05%; Tagusvalley – 0,45%.

Os **Acréscimos e Diferimentos** apresentam um acréscimo de cerca de 5,5%. Do montante inscrito em balanço a título de **Acréscimos de Proveitos e Diferimentos de Custos** (8.869.875,68€), cerca de 98% provêm do balanço do Município.



Quanto aos **Fundos Próprios e Passivo Total**, de registar um ligeiro acréscimo do peso percentual do primeiro, em cerca de 0,4%, em contrapartida do segundo. Os **Fundos Próprios** ascenderam a 157.885.680,46€ (+0,5% do que em 2016) e o Passivo a 34.368.906,31€ (-2,8% do que em 2016).

Repartição dos Fundos Próprios e Passivo Consolidados - 2017



Cerca de 90% do valor total dos **Fundos Próprios**, correspondem ao **Património** do Grupo Municipal, repartindo-se os restantes 10%, pelas contas: **Resultados Transitados** (7%), **Reservas** (2%), **restantes contas** (1%).

O **Resultado Líquido do Exercício**, apresentou o resultado de 1.660.059,59€, tendo registado um acréscimo significativo, superior a 1.500% face ao ano transato. Apenas o Município apresentou resultado líquido positivo (1.553.354,35€).

Quanto às outras entidades, os resultados líquidos do exercício apresentaram os seguintes valores:

- SMA: - 157.837,30€
- A.Logos: -35.346,43€
- Tagusvalley: -237.692,21€

No que diz respeito aos resultados da A.Logos e da Tagusvalley, embora tenham sido negativos, apresentam evolução positiva face a 2016 (respetivamente, -25% e -9%).

Sem a aplicação do MEP nas suas contas individuais (que obriga à incorporação dos resultados líquidos das entidades participadas, nos resultados individuais da entidade mãe) o resultado líquido do Município em 2017, teria sido de



1.988.742,65€ (resultado líquido do ano 2017, sendo-lhe “retirado” os saldos das contas 682 e 684, que apresentam, respetivamente, o valor de -157.837,30€ e -277.551,00€).

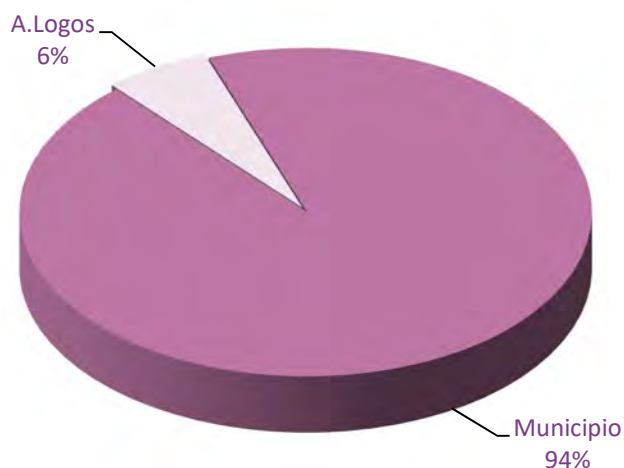
Quanto ao **Passivo Total**, no montante de 34.368.906,31€, a rubrica de Acréscimos e Diferimentos de Custos é a que mais concorre para a sua formação (24.103.078,60€), representando cerca de 70% do passivo, seguindo-se os Empréstimos de MLP, com 17%, as Dívidas a Terceiros de CP, com 11% e as Provisões para riscos e encargos, com 1%

Quando comparado com 2016, verifica-se que o **Passivo Total** sofreu um decréscimo de cerca de 3%, mantendo a tendência de 2016, devido sobretudo ao decréscimo registado na rubrica dos Empréstimos de MLP (-21%).

Quanto à Dívida de MLP, verifica-se que só o Município e a A.Logos tinham registos na rubrica. O montante total da Dívida de MLP (6.336.093,07€), reparte-se entre as 2 entidades da seguinte forma:

- **Município** – 94% (5.694.562,23€, inclui empréstimos de MLP+FAM MLP-Amort.EmpréstimosMLP ano n+1, apresentando um decréscimo de 23%)
- **A.Logos** – 6% (375.000,00€, apresentando um acréscimo de 36%).

Repartição da Dívida a Terceiros MLP - 2017

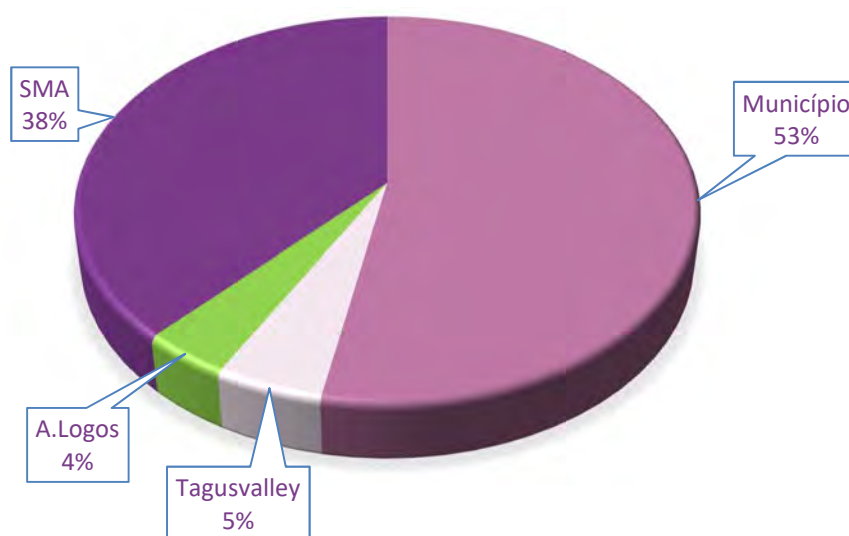


A conta Dívidas a Terceiros de CP registou um aumento de 11%. Para o crescimento contribuíram, positivamente, os SMA e a Tagusvalley, uma vez que as suas dívidas de CP, registaram um aumento de, respetivamente, 225% e 106%. Embora se tenha registado um decréscimo na dívida de CP do Município (-13%) e da A.Logos (-30%), tal não foi suficiente para compensar o aumento registado pelas outras duas entidades do grupo.



O Município é responsável por cerca de 53% do montante da dívida de CP, seguindo-se os SMA, que são responsáveis por 38%. A A.Logos e a Tagusvalley, contribuíram com, respetivamente, 4% e 5% da dívida de CP do grupo municipal. Verifica-se que, o peso percentual da dívida do Município diminuiu (-22%), bem como, da A.Logos (-3%). Em contrapartida, verifica-se o aumento do peso percentual da dívida dos SMA (+24%) e da Tagusvalley (+2%).

Repartição Dívida a Terceiros CP - 2017



2.2 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada:

É objetivo maior da **Demonstração de Resultados**, aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade de uma entidade ou de um grupo em gerar fluxos de caixa.

Apresenta-se, de seguida, quadro resumo da **Demonstração de Resultados**, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos **Custos e Perdas** e dos **Proveitos e Ganhos**, podemos verificar a variação percentual, relativamente, ao ano 2016.



Síntese da Demonstração de Resultados

CUSTOS E PERDAS

Custos e Perdas	2016	%	Varia.	2017	%	Varia.
Custos Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	386.970,52 €	1,3%	-13,8%	362.786,87 €	1,1%	-6,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	8.819.340,18 €	28,5%	1,3%	9.615.727,73 €	29,6%	9,0%
Custos c/ Pessoal	8.987.788,52 €	29,1%	-1,8%	8.860.422,04 €	27,3%	-1,4%
Transf. e Subsídios Correntes	3.071.167,81 €	9,9%	-8,4%	2.929.988,56 €	9,0%	-4,6%
Amortizações do Exercício	7.482.071,00 €	24,2%	3,8%	7.810.346,77 €	24,0%	4,4%
Provisões do Exercício	10.746,05 €	0,0%	-22,9%	60.939,52 €	0,2%	467,1%
Outros Custos e Perdas Operacionais	416.418,03 €	1,3%	13,1%	375.601,61 €	1,2%	-9,8%
Custos e Perdas Operacionais (A)	29.174.502,11 €	94,4%	-0,2%	30.015.813,10 €	92,3%	2,9%
Custos e Perdas Financeiros	88.406,93 €	0,3%	-27,8%	69.859,64 €	0,2%	-21,0%
Custos e Perdas Correntes (C)	29.262.909,04 €	94,7%	-0,4%	30.085.672,74 €	92,6%	2,8%
Custos e Perdas Extraordinários	1.548.426,72 €	5,0%	81,9%	768.104,99 €	2,4%	-50,4%
Custos e Perdas do Exercício (E)	30.811.335,76 €	99,7%	2,0%	30.853.777,73 €	94,9%	0,1%
Imposto s/ Resultado Líquido do Exercício (G)	- €	0,0%	-100,0%	539,45 €	0,0%	100%
Custos e Perdas Imposto s/ Rendimento (G)	30.811.335,76 €	99,7%	2,0%	30.854.317,18 €	94,9%	0,1%
Resultado Líquido Interesses Minoritários	-12.438,96 €	0,0%	-18,8%	-11.014,15 €	0,0%	-11,5%
Custos e Perdas (H)	30.798.896,80 €	99,7%	2,0%	30.843.303,03 €	94,9%	0,1%
Resultado Líquido do Exercício	100.745,13 €	0,3%	-86,6%	1.660.059,59 €	5,1%	1547,8%
TOTAL CUSTOS E PERDAS	30.899.641,93 €	100%	-0,2%	32.503.362,62 €	100%	5,2%

À semelhança do Balanço Consolidado, também na **Demonstração de Resultados Consolidada**, o grupo apresenta um acréscimo em relação ao ano anterior (5%). Também aqui, o Município, como entidade mãe, contribuiu de forma determinante para a sua formação (76%). Seguem-se em termos de importância os SMA (21%), a Tagusvalley (2%) e a A.Logos (1%).



Pela análise do quadro Custos e Perdas, embora de forma ténue (+0,1%), podemos verificar que se manteve a tendência de crescimento que se vem a registar nos últimos anos. Em termos absolutos, os custos e perdas foram superiores aos de 2016, em 44.406,23€, devido, sobretudo, aos custos e perdas operacionais, que apresentaram um crescimento de aproximadamente 3%.

Ao nível dos Custos e Perdas Operacionais, de registar que as rubricas Fornecimentos e Serviços Externos, Amortizações do Exercício e Provisões do Exercício verificaram crescimentos, de respetivamente, 9%, 4% e 467%. Todas as restantes apresentaram decréscimo.

Quer os Custos e Perdas Financeiros, quer os Custos e Perdas Extraordinários registaram um decréscimo de, respetivamente, 21% e 50%, em relação a 2016.

Ao nível dos Proveitos e Ganhos, como se poderá verificar pelo quadro seguinte, de registar um acréscimo global de 1.603.720,68€ (+5% do que em 2016), em resultado do crescimento de todas as suas componentes (operacional, financeira e extraordinária).

PROVEITOS E GANHOS

Proveitos e Ganhos	2016	%	Varia.	2017	%	Varia.
Vendas e Prestações Serviços	7.041.665,64 €	22,8%	1,7%	7.215.062,25 €	23,3%	2,5%
Impostos e Taxas	6.180.943,55 €	20,0%	-7,1%	6.784.312,77 €	22,0%	9,8%
Trabalhos p/ a Própria Entid.	819.474,05 €	2,7%	2,8%	632.014,62 €	2,0%	-22,9%
Proveitos Suplementares	8.894,74 €	0,0%	-55,8%	9.028,59 €	0,0%	1,5%
Transf. e Subsídios Obtidos	12.070.979,83 €	39,1%	-1,5%	12.629.717,89 €	40,9%	4,6%
Outros Prov. e Ganhos Op.	86.497,36 €	0,3%	-78,2%	57.475,69 €	0,2%	-33,6%
Proveitos e Ganhos Operac. (B)	26.208.455,17 €	84,8%	-3,1%	27.327.611,81 €	88,4%	4,3%
Proveitos e Ganhos Financ.	2.943.238,73 €	9,5%	0,5%	2.973.508,40 €	9,6%	1,0%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	29.151.693,90 €	94,3%	-2,8%	30.301.120,21 €	98,1%	3,9%
Proveitos e Ganhos Extraord.	1.747.948,03 €	5,7%	79,7%	2.202.242,40 €	7,1%	26,0%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários (F)	30.899.641,93 €	100,0%	-0,2%	32.503.362,61 €	100,0%	5,2%
TOTAL	30.899.641,93 €	100%	-0,2%	32.503.362,61 €	100%	5,2%

Ao nível dos Proveitos e Ganhos Operacionais a rubrica com maior contributo para a formação do resultado foram as Transf. e Subsídios Obtidos (41%), seguindo-se as Vendas e Prestações de Serviços (23%), logo seguida dos Impostos e Taxas (22%).



As rubricas **Impostos e Taxas** (99,9%), **Trab. p/ a Própria Entidade** (87%) e as **Transferências e Subsídios Obtidos** (99%), são fortemente influenciadas pela entidade-mãe. No que à **Venda e Prestações de Serviços** diz respeito, os SMA foram quem mais contribui para a formação do montante apurado (81%).

O Município é responsável pela quase totalidade do montante apurado como **Proveitos e Ganhos Financeiros** (99,9%), os quais registaram um ligeiro acréscimo face a 2016 (1%).

Ao nível dos **Proveitos e Ganhos Extraordinários** há a registar um crescimento na ordem dos 26%, face ao ano 2016.

Em termos globais, comparando **Custos e Perdas** com **Proveitos e Ganhos**, verifica-se um saldo positivo, traduzido pelo **Resultado Líquido do Exercício**, que se cifrou em 1.660.059,59€.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

	2016	Variação	2017	Variação
Resultados Operacionais: (B) - (A)	- 2.966.046,94 €	35%	- 2.688.201,29 €	9%
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	2.854.831,80 €	2%	2.903.648,76 €	2%
Resultados Correntes: (D) - (C)	- 111.215,14 €	-118%	215.447,47 €	294%
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	100.745,13 €	-87%	1.660.059,59 €	1548%

2.3 Indicadores de Gestão

2.3.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e permitindo apreciar a sua capacidade de endividamento.

Dado estarmos perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.



No caso do Grupo Público Município de Abrantes, os bens de domínio público representam cerca de 36% do seu Ativo Total e estão todos inscritos no balanço da entidade mãe.

O quadro seguinte, dá-nos uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais:

Indicadores	2014	2015	2016	2017
ESTRUTURA DO ACTIVO				
Activo Fixo/Activo Total	89%	88%	89%	88%
Activo Circulante/Activo Total	11%	12%	11%	12%
Activo Fixo/Activo Circulante	839,12%	763,26%	822,71%	720,67%
ESTRUTURA DO PASSIVO				
Passivo MLP/Passivo Total	27,68%	23,76%	21,45%	17,38%
Passivo CP/Passivo Total	13,50%	9,76%	8,84%	11,43%
Passivo MLP/Passivo CP	205,08%	243,50%	242,71%	152,03%
Acréscimos e Difer./ Passivo Total	58,80%	65,59%	68,69%	70,13%
ANÁLISE DO ACTIVO FIXO				
Activo fixo/ Endividamento MLP	1.669,05%	1.819,63%	2.263,46%	2.826,62%
Amortizações Acum./Imobil. Bruto	37,57%	38,79%	40,69%	39,46%
ANÁLISE DO PASSIVO EXIGÍVEL				
<u>Coeficiente de endividamento Curto Prazo</u>				
Dívida de curto prazo/Patrim. Líquido	3,2%	2,5%	2,0%	2,5%
<u>Coeficiente de endividamento MLP</u>				
Dívida de MLP/Patrim. Líquido	6,6%	6,1%	4,8%	3,8%
ÍNDICES DE LIQUIDEZ				
Disponibilidades/Exigível a CP	167%	208%	304%	301%
Activo Circulante/Exigível a CP	408%	581%	668%	596%
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA				
Dívidas a terceiros/Activo Total	8%	7%	6%	5%

Retratam os rácios da estrutura do Activo não terem havido alterações relevantes, face a 2016. O **Activo Circulante** aumenta 1% do seu peso face ao **Activo Fixo**, reforçando o seu peso na relação Fixo/Circulante (720,67%).

No contexto do **Passivo**, verificam-se tendências de evolução contrária do passivo de MLP e do Passivo de CP. O **Passivo MLP** continuou a diminuir o seu peso percentual (-4%). Quanto ao **Passivo de CP**, o seu peso percentual no total do passivo aumenta cerca de 2%. Os acréscimos e diferimentos registaram um aumento de 1,5% na estrutura do Passivo.



A análise dos rácios referentes ao passivo exigível confirma a tendência atrás referida, verificando-se que o coeficiente de endividamento de CP sofreu um ligeiro acréscimo de 0,5% (passando de 2% para 2,5%), enquanto o coeficiente de endividamento MLP sofreu uma diminuição de 1%, (passando de 4,8%, em 2016, para 3,8% em 2017).

Os indicadores relativos ao passivo evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do grupo Município de Abrantes, devido aos coeficientes de endividamento de MLP, que registam uma redução relativamente ao ano transato.

Quando falamos em **Ativo Fixo**, referimo-nos basicamente ao investimento direto do grupo autárquico, líquido das depreciações que, entretanto, ocorrem. A relação do Ativo Fixo com o Endividamento MLP, permite-nos aferir da percentagem de imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento MLP, traduzindo, igualmente, a garantia de bens face aos financiadores. Analisados os rácios encontrados, verifica-se que o valor do activo fixo é superior ao do endividamento de MLP mais de 28 vezes.

A relação entre as **Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto** indica-nos o envelhecimento do imobilizado. Neste âmbito, de 2016 para 2017, verifica-se uma redução ligeira das amortizações acumuladas face ao imobilizado bruto (-1%). Em 2016, as amortizações tinham representado cerca de 40,7% do Imobilizado Bruto, sendo que em 2017, representaram 39,4%.

Passemos, agora, à análise do **Índice de Liquidez** imediata. Apesar do aumento das disponibilidades, o aumento do endividamento de CP, levou a que o indicador passasse de 304% em 2016, para 301% em 2017, conforme podemos verificar pela leitura do quadro supra. Ainda assim, em 2017, as disponibilidades cobririam largamente (301%) a dívida de curto prazo.

O indicador **Ativo Circulante/Exigível CP** passou dos 668%, em 2016, para os 596%, em 2016. Tal, deveu-se ao acréscimo do Exigível de CP, no entanto, o ativo circulante continuou a apresentar-se mais de 5 vezes superior ao Exigível de CP.

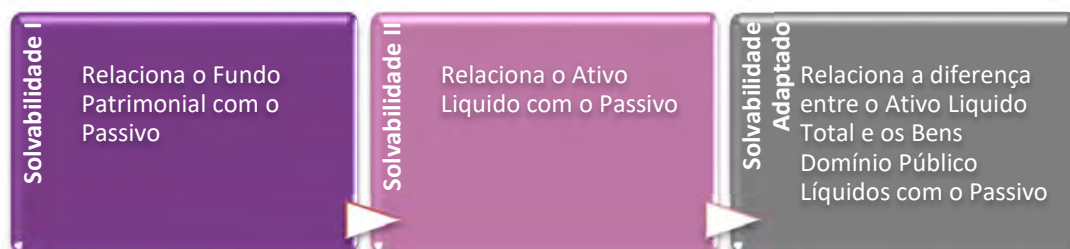
O **Índice de Solvência**, relaciona as Dívidas a Terceiros com o Ativo Líquido. O rácio apurado em 2017, traduz que é de 5%, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total. Tal situação, representa uma diminuição de 1% no indicador, face ao registado em 2016, como pode verificar-se pelo quadro supra. Assim, podemos corroborar a manutenção e consolidação de uma situação financeira positiva do grupo.

Finalmente, referimo-nos ao **Índice de Solvabilidade**, o qual traduz a capacidade do grupo municipal de solver as suas obrigações numa perspectiva de médio/longo prazo. Por outras palavras, trata-se de uma questão de liquidez na óptica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Medem



a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo.

Pode ser visto sob 3 formas:



	2014	2015	2016	2017
Solvabilidade I	417,0%	392,4%	449%	464,3%
Solvabilidade II	517,2%	493,4%	550,2%	565,5%
Solvabilidade Adaptado	317,7%	315,1%	351,1%	362,4%

Como se depreende da análise do quadro supra, o Grupo Municipal assume, em todas elas, valores muito confortáveis, continuando a demonstrar capacidade para a assunção dos compromissos assumidos, bem como, de uma situação de viabilidade e médio/longo prazos.

2.4 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado

Conforme indicado no ponto 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a ótica de fluxos de caixa é exclusiva das entidades que utilizam o sistema de contabilidade pública (POCAL), no caso da CMA e SMA, pelo que se optou pela não inclusão dos dados das entidades A.Logos e Tagusvalley no mapa, pois, dificilmente refletiriam uma imagem verdadeira e apropriada da realidade.

No mapa de fluxos de caixa consolidado do grupo Município de Abrantes, procuramos sintetizar a execução orçamental das entidades CMA e SMA, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante o ano 2017, encontra-se refletido no quadro seguinte, verificando-se que, as entradas de fundos corresponderam a 34.204.707,42€, dos quais 28.855.893,38€ são provenientes de receitas orçamentais e 5.348.814,04€ são resultantes de Operações de Tesouraria.



Por sua vez, os pagamentos ascenderam a 31.704. 281,18€, dos quais 27.281.890,27€, corresponderam a despesas orçamentais e 4.422.390,91€, a operações de tesouraria.

Existindo um saldo inicial de 9.291.162,39€, ao que acresce o saldo de recebimentos e pagamentos do ano 2017, resulta um saldo para a gerência seguinte, no montante de 11.791.588,63€, sendo que 10.444.749,04€ poderão ser incorporados na execução orçamental e 1.346.839,59€ em operações de tesouraria.

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior Consolidado	9.291.162,39 €	Despesas Orçamentais	27.281.890,27 €
Execução Orçamental	8.962.244,57 €	Correntes	19.347.700,10 €
Operações de Tesouraria	328.917,82 €	Capital	7.934.190,17 €
Receitas Orçamentais	28.855.893,38 €	Operações de Tesouraria	4.422.390,91 €
Correntes	26.658.673,18 €	Saldo Gerência Seguinte Consolidado	11.791.588,63 €
Capital	2.185.826,05 €	Execução Orçamental	10.444.749,04 €
Outras	11.394,15 €	Operações de Tesouraria	1.346.839,59 €
Operações de Tesouraria	5.348.814,04 €		
Total	43.495.869,81 €	Total	43.495.869,81 €

Abrantes, 4 de junho de 2018

A Presidente da Câmara Municipal
Maria do Céu Albuquerque



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2017
MUNICÍPIO DE ABRANTES



BALANÇO CONSOLIDADO

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2017
MUNICÍPIO DE ABRANTES



Balanço Consolidado 2017

Ano: 2017

Unid.: €

POCAL	ATIVO	2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	BENS DE DOMINIO PUBLICO:				
451	Terrenos e recursos naturais	9.801.883,66	0,00	9.801.883,66	9.685.034,66
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	109.107.646,91	57.408.029,14	51.699.617,77	54.403.918,35
455	Bens do patrimônio histórico e cultural	1.005.061,27	424.623,73	580.437,54	375.484,45
459	Outros bens de domínio público	6.020.057,48	1.430.985,89	4.589.071,59	4.269.339,04
445	Imobilizações em curso	2.407.716,62	0,00	2.407.716,62	930.744,47
4445	Imobilizações em curso - Fact. Conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
446	Adiantamentos p/conta bens domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		128.342.365,94	59.263.638,76	69.078.727,18	69.664.520,97
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
431	Despesas de instalação	965.014,30	965.014,30	0,00	7,80
432	Despesas investigação e desenvolvimento.	1.068.911,97	857.811,08	211.100,89	209.994,68
433	Prop.industrial out.direitos (software).	28.921,06	20.612,73	8.308,33	108,19
434	Software	8.803,97	3.186,68	5.617,29	0,00
443	Imobilizações em curso	372.681,01	0,00	372.681,01	331.305,74
4443	Imobilizações em curso - Imob.Inc. - FRC	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos conta imobil. Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação				
		2.444.332,31	1.846.624,79	597.707,52	541.416,41
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
421	Terrenos e recursos naturais	17.011.939,51	0,00	17.011.939,51	16.698.630,74
422	Edifícios e outras construções	98.003.798,60	30.789.000,77	67.214.797,83	68.961.682,31
423	Equipamento básico	20.176.488,36	16.013.153,73	4.163.334,63	4.537.136,99
424	Equipamento de transporte	1.739.980,98	1.509.659,73	230.321,25	168.315,18
425	Ferramentas e utensílios	278.109,22	251.558,39	26.550,83	29.143,38
426	Equipamento administrativo	8.491.545,74	8.058.915,51	432.630,23	536.884,92
427	Taras e vasilhame	8.860,37	8.860,37	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	8.963.848,95	7.753.671,04	1.210.177,91	1.192.978,71
442	Imobilizações em curso	3.785.375,36	0,00	3.785.375,36	4.133.041,33
448	Adiantamentos p/conta imobil. corpóreas.	0,00	0,00	0,00	0,00
4442	Imobilizações em curso - Fact. Conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
		158.459.947,09	64.384.819,54	94.075.127,55	96.257.813,56
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
411	Partes de capital	13.997.535,21	0,00	970.785,14	885.735,13
412	Obrigações e títulos de participação	1.175.672,88	0,00	1.175.672,88	1.175.672,88
414	Investimentos em imóveis	2.976.419,01	0,00	2.976.419,01	3.089.320,04
415	Outras aplicações financeiras	1.572,52	0,00	1.572,52	60.798,79
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos p/cont invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		18.151.199,62	0,00	5.124.449,55	5.211.526,84
	CIRCULANTE:				
	EXISTÊNCIAS:				
36	Mat. primas, subsidiárias e de consumo	752.837,89	0,00	752.837,89	750.164,70
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperd., resíduo. refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	275,56	0,00	275,56	275,56
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		753.113,45	0,00	753.113,45	750.440,26



Ano: 2017

Unid.: €

POCAL	ATIVO	2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Médio longo prazo				
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	541.581,20	27.379,49	514.201,71	613.514,72
212	Contribuintes, c/c	24.867,88	0,00	24.867,88	18.105,16
213	Utentes, c/c	510.171,02	0,00	510.171,02	545.659,30
218	Clientes, contrib e utentes cob.duvidosa	183.978,53	180.776,05	3.202,48	2.641,35
228/2618	Fornecedores Recep. Conf.	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2211 + 2611	Fornecedores C/C e Imob.	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores imobilizado	0,09	0,00	0,09	0,00
24	Estado e outros entes públicos	306.210,87	0,00	306.210,87	315.001,95
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	650.058,17	37.690,11	611.635,62	722.093,76
		2.216.867,76	245.845,65	1.970.289,67	2.217.016,24
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	500,00	0,00	500,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
		3.000.500,00	0,00	3.000.500,00	3.000.000,00
	DEPÓSITOS EM INST. FIN. E CAIXA				
12	Depósitos em instituições fin./Depósitos Banc.	8.835.534,46	0,00	8.835.534,46	6.486.501,03
11	Caixa	3.732,69	0,00	3.732,69	2.459,11
		8.839.267,15	0,00	8.839.267,15	6.488.960,14
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acréscimos de proveitos	8.741.662,03	0,00	8.741.662,03	8.324.859,11
272	Custos diferidos	128.213,65	0,00	128.213,65	85.696,25
		8.869.875,68	0,00	8.869.875,68	8.410.555,36
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		125.495.083,09		
	TOTAL DE PROVISÕES		245.845,65		
	TOTAL DO ACTIVO	318.050.718,93	125.740.928,74	192.309.057,75	192.542.249,78

POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2017	2016
	FUNDOS PRÓPRIOS		
51	Património	141.028.134,73	142.091.885,44
	Diferenças de Consolidação	0,00	0,00
53	Outros Instrumentos de capital próprio (SNC)	0,00	0,00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	223.073,03	223.996,21
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	RESERVAS	0,00	0,00
571	Reservas legais	3.173.787,18	3.157.483,69
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	285.420,34	284.420,34
577	Reservas decorrentes transf. Activos	0,00	0,00
578 + 579	Outras Reservas	0,00	0,00
59	Resultados transitados	11.515.205,59	11.264.037,02
88	Resultado líquido do exercício	1.660.059,59	100.745,13
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	157.885.680,46	157.122.567,83



Ano: 2017

Unid.: €

POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2017	2016
266	Interesses Minoritários	54.470,98	63.788,79
	PASSIVO:		
292	Provisões para riscos e encargos	361.604,22	361.604,22
	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO		
2312 + 26812	Empréstimos Bancários	5.974.488,85	7.584.626,10
		6.336.093,07	7.946.230,32
	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
2311	Empréstimos de curto prazo	125.000,00	99.347,00
231219	Empréstimos-Amortizações de curto prazo	1.511.205,26	1.558.551,68
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	347.105,79	203.654,97
228	Fornecedores-Facturas recepção/conferênf.	160.622,90	411.756,36
219	Adiantamentos clientes, contrib, utentes	2.462,47	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	54.759,88	76.986,47
2618		56.340,86	28.648,89
24	Estado e outros entes públicos	123.184,52	170.498,57
264	Administração autarquia	19.151,48	19.151,48
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	1.497.686,11	531.406,03
217	Clientes e Utentes com caução	32.215,37	25.008,37
		3.929.734,64	3.125.009,82
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acréscimos de custos	1.994.938,75	1.675.957,00
274	Proveitos diferidos	22.108.139,85	22.608.696,02
		24.103.078,60	24.284.653,02
TOTAL DO PASSIVO		34.368.906,31	35.355.893,16
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOSE DO PASSIVO		192.309.057,75	192.542.249,78

AB - Activo Bruto

APA - Amortizações, provisões e ajustamentos acumulados

AL - Activo Líquido

Órgão Executivo
em, / /

Órgão Deliberativo
em, / /



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2017
MUNICÍPIO DE ABRANTES



Demonstração de Resultados Consolidada 2017

Ano 2017

Unid.: €

POCAL	CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
		2017		2016	
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas:	362.786,87		386.970,52	
62	Fornecimentos e serviços externos	9.615.727,73		8.819.340,18	
	CUSTOS COM O PESSOAL	0,00		0,00	
641 + 642	Remunerações	6.998.091,99		6.970.090,43	
643 a 649	Encargos Sociais	1.862.330,05		2.017.698,09	
63	Transferências, sub.corr.concedi. e prest.soc.	2.929.988,56	21.768.925,19	3.071.167,81	21.265.267,02
66	Amortizações do exercício	7.810.346,77		7.482.071,00	
67	Provisões do exercício	60.939,52	7.871.286,29	10.746,05	7.492.817,05
65	Outros custos e perdas operacionais	375.601,61	375.601,61	416.418,03	416.418,03
	(A) Custos e perdas operacionais		30.015.813,09		29.174.502,10
68	Custos e perdas financeiros	69.859,64	69.859,64	88.406,93	88.406,93
	(C) Custos e perdas correntes		30.085.672,73		29.262.909,03
69	Custos e perdas extraordinários	768.104,99	768.104,99	1.548.426,72	1.548.426,72
	(E) Custos e perdas do exercício		30.853.777,72		30.811.335,75
86	Imposto sobre Resultado líquido do exercício	539,45	539,45	0,00	0,00
	(G) Custos e perdas - Impostos sobre Rendimento do exercício		30.854.317,17		30.811.335,75
887	Resultado líquido Interesses Minoritários	-11.014,15	-11.014,15	-12.438,96	-12.438,96
	(H) Sub-total		30.843.303,02		30.798.896,80
88	Resultado líquido do exercício		1.660.059,59		100.745,13
	Custos Totais		32.503.362,61		30.899.641,93

POCAL	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios			
		2017		2016	
	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:				
7111	Vendas de Mercadorias	-205.818,68		2.811,15	
7112 + 7117	Vendas de Produtos	2.023.807,95		1.694.404,43	
712 a 718	Prestações de Serviços	5.397.072,98	7.215.062,25	5.344.450,06	7.041.665,64
72	Impostos e taxas	6.784.312,77		6.180.943,55	
	Variação de produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	632.014,62		819.474,05	
73	Proveitos suplementares	9.028,59		8.894,74	
74	Transferências e subsídios obtidos	12.629.717,89		12.070.979,83	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	57.475,69	20.112.549,56	86.497,36	19.166.789,53
	(B) Proveitos e ganhos operacionais		27.327.611,81		26.208.455,16
78	Proveitos e ganhos financeiros	2.973.508,40	2.973.508,40	2.943.238,73	2.943.238,73
	(D) Proveitos e ganhos correntes		30.301.120,21		29.151.693,89
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.202.242,40	2.202.242,40	1.747.948,03	1.747.948,03
	(F) Proveitos totais		32.503.362,61		30.899.641,93

RESULTADOS OPERACIONAIS: (B) - (A)	-2.688.201,28	-2.966.046,94
RESULTADOS FINANCEIROS: (D - B) - (C - A)	2.903.648,76	2.854.831,80
RESULTADOS CORRENTES: (D) - (C)	215.447,48	-111.215,14
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F) - (H)	1.660.059,59	100.745,13

Órgão Executivo
em, / /

Órgão Deliberativo
em, / /



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2017
MUNICÍPIO DE ABRANTES



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

I. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Ano 2017					
Designação	ENTIDADE Sede Social	NIPC	Prop. Capital ou Eq. Detido Valor	%	Motivos da inclusão
CMA - Município de Abrantes	Praça Raimundo Soares 2200 – 366 Abrantes	502 661 038	*	*	Entidade-mãe obrigada à elaboração de Contas Consolidadas, nos termos dos n.º 1 e 2 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; e Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010.
SMA - Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes	Via Industrial I, lote 65 Parque Industrial Abrantes 2200-480 Abrantes	680 017 542	11.850.840,81 €	100%	Existência ou presunção de controlo, por parte do Município, relativamente aos SMA, total ou maioritária, nos termos da alínea a) do n.º 4 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Tagusvalley - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo	Tecnopolo do Vale do Tejo Edifício INOVPOINT Rua José Dias Simão Alferrarede 2200 - 062 Abrantes	506 579 344	2.160.000,00 €	96,00%	Existência ou presunção de controlo, por parte do Município, na detenção da maioria do capital ou equivalente, nos termos da sub-alínea i) da alínea c) do n.º 4 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
A. Logos - Associação de Desenvolvimento Assessoria e Ensaaios	Tecnopolo do Vale do Tejo Rua José Dias Simão Alferrarede 2200 - 062 Abrantes	504 085 840	409.000,00 €	95,74%	



Importa, neste ponto referir que, em 2017, o valor total da participação financeira do Município de Abrantes nos Serviços Municipalizados de Abrantes, foi de 11.850.840,81 €, que resulta do valor dos fundos próprios dos SMA, no valor de 12.008.678,11 €, acrescido do resultado líquido do exercício, que totalizou -157.837,30 €.



2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Ano 2017						
Designação	ENTIDADE		Proporção do Capital ou Eq. Detido			Motivos da exclusão
	Sede Social	NIPC	Valor	%	Unid. Part.	
VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejo, S.A.	Apartado 48 7441-909 Alter do Chão	505 255 090	828.415,00 €	8,28%	*	Excluídas do perímetro de consolidação, porque a participação do Município de Abrantes nestas entidades, não se traduz na detenção da maioria do capital, nem detém o poder de controlo, nos termos dos números 4 e 5 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro.
SOCIEDADE PONTO VERDE - Sociedade Gestora de Resíduos e Embalagens, S.A.	Ed. Infante D. Henrique, Rua João Chagas, 53, 1º Dto. Cruz Quebrada 1495 - 764 Dafundo	503 794 040	500,00 €	0,20%	*	
TAGUSGÁS - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Rua Conde da Ribeira Grande, Lt. 2 Apartado 281 2001 - 904 Santarém	503 956 538	11.740,00 €	0,09%	*	
APDREDIN - Associação Promotora da Rede DINÂMICA XXI *	Centro Empresarial do Oeste Apartado 318 2500 - 218 Caldas da Rainha	507 493 168	7.500,00 €	*	15	
MÉDIO TEJO 21 - Agência Regional de Energia e Ambiente da Região do Médio Tejo	Rua D. António Prior do Crato, 115 2200-086 Abrantes	508 993 628	625,10 €	3,85%	*	
TOTAL			848.780,10 €			

* A 30-06-2008 foi enviado um ofício para a APDREDIN a solicitar a desvinculação de associado relativamente ao Município de Abrantes, por não estarem reunidas as condições necessárias para a manutenção do estatuto (deliberação de CMA de 26-02-2007). Aguardamos Ata da Assembleia Geral com a desvinculação do Município de Abrantes.



3. Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o serviço, das entidades incluídas no perímetro de consolidação, repartido por categorias:

Ano 2017

Categoria	N.º Médio de Funcionários								
	CMA		SMA		A. LOGOS		TAGUSVALLEY		TOTAL
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	
Dirigente Superior	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Dirigente Intermédio	9	8	2	2	0	0	0	2	11
Carreiras Gerais - Técnico Superior	81	82	6	6	4	4	3	4	94
Carreiras Gerais - Assist. Técnico	113	110	14	13	2	2	0	1	129
Carreiras Gerais - Assist. Operacional	121	113	73	72	5	5	3	0	201
Bombeiros	5	4	0	0	0	0	0	0	5
Informática	9	9	3	3	0	0	0	0	12
Outros	10	10	0	0	0	0	1	1	11
TOTAL N.º Médio de Funcionários	347	337	97	97	11	11	7	7	462



II. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

4. Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Tal como referido nos exercícios anteriores, as entidades de direito privado que integram o perímetro de consolidação de contas do Município de Abrantes em 2017 – A. Logos e Tagusvalley – definido pela LFL, deparam-se com enormes dificuldades no processo de conversão do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contas da Administração Local (POCAL), definidos pela CMA no Manual de Consolidação.

5. Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados consolidados.

Não foi possível, em tempo útil, às associações de direito privado (A.Logos e Tagusvalley):

- O recálculo das amortizações/depreciações de acordo com o CIBE;
- O ajustamento das reavaliações do ativo imobilizado; e
- O recálculo das provisões de cobrança duvidosa.

Não se estima, no entanto, que tenha especial impacto material o recálculo que seria necessário efetuar destas componentes.

Foi ainda necessário, da parte da CMA, proceder a diversas validações e correções dos dados convertidos de SNC para POCAL, enviados por ambas as entidades acima referidas.

Aconselha-se, ainda, a consulta dos pontos abaixo indicados para ter a total perceção de quais as políticas contabilísticas praticadas no grupo, assim como das principais alterações de procedimentos ocorridas em 2017 e seu possível impacto:

- Capítulo VII – Informações relativas a políticas contabilísticas – ponto 22;
- Capítulo VIII – Informações relativamente a determinadas rubricas – ponto 39.



6. Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não ocorreram alterações na composição do Grupo Autárquico.



III. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

7. Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Os movimentos efetuados no âmbito da Consolidação de Contas de 2017 encontram-se devidamente identificados e detalhados nos mapas seguintes.



Balanços das entidades do perímetro de consolidação

Ano 2017

Unid.: €

POCAL	ACTIVO	BALANÇOS DAS ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL ANTES DE CONSOLIDAÇÃO					Correcções de Consolidação			GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO
		CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY	TOTAL	Débito (+)	Crédito (-)	N.º Lançamento	
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[1]+[2]+[3]+[4]	[6]	[7]		[8]=[5]+[6]-[7]
	IMOBILIZADO									
	BENS DE DOMINIO PUBLICO									
451	Terrenos e recursos naturais	9.801.883,66	0,00	0,00	0,00	9.801.883,66				9.801.883,66
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	51.699.617,77	0,00	0,00	0,00	51.699.617,77				51.699.617,77
455	Bens do património histórico e cultural	580.437,54	0,00	0,00	0,00	580.437,54				580.437,54
459	Outros bens de domínio público	4.589.071,59	0,00	0,00	0,00	4.589.071,59				4.589.071,59
445	Imobilizações em curso	2.407.716,62	0,00	0,00	0,00	2.407.716,62				2.407.716,62
4445	Imobilizações em curso - Facturação Conferên	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
446	Adiantamentos p/conta bens domínio públ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Subtotal		69.078.727,18	0,00	0,00	0,00	69.078.727,18	0,00	0,00		69.078.727,18
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
432	Despesas investigação e desenvolvimento	211.100,89	0,00	0,00	0,00	211.100,89				211.100,89
433	Prop.industrial out.direitos (software)	8.308,33	0,00	0,00	0,00	8.308,33				8.308,33
434	Software	0,00	0,00	0,00	5.617,29	5.617,29				5.617,29
443	Imobilizações em curso	372.681,01	0,00	0,00	0,00	372.681,01				372.681,01
4443	Imobilizações em curso - Im.Incorpóreo - FRC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
449	Adiantamentos conta imobil. Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Diferenças de Consolidação						0,00				0,00
Subtotal		592.090,23	0,00	0,00	5.617,29	597.707,52	0,00	0,00		597.707,52
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
421	Terrenos e recursos naturais	16.773.639,05	119.800,46	118.500,00	0,00	17.011.939,51				17.011.939,51
422	Edifícios e outras construções	55.370.143,14	8.995.431,94	482.974,71	2.366.248,04	67.214.797,83				67.214.797,83
423	Equipamento básico	1.589.061,26	926.771,26	329.640,00	1.317.862,11	4.163.334,63				4.163.334,63
424	Equipamento de transporte	160.972,58	64.076,31	5.272,36	0,00	230.321,25				230.321,25
425	Ferramentas e utensílios	8.642,32	13.066,82	4.841,69	0,00	26.550,83				26.550,83
426	Equipamento administrativo	304.203,72	46.671,43	19.046,00	62.709,08	432.630,23				432.630,23
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	611.877,49	508.984,25	78,83	89.237,34	1.210.177,91				1.210.177,91
442	Imobilizações em curso	3.401.923,56	374.026,80	0,00	9.425,00	3.785.375,36				3.785.375,36
4442	Imobilizações em curso - Facturação conferên	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
448	Adiantamentos p/conta imobil. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Subtotal		78.220.463,12	11.048.829,27	960.353,59	3.845.481,57	94.075.127,55	0,00	0,00		94.075.127,55
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS									
411	Partes de capital	13.937.485,21	0,00	0,00	60.050,00	13.997.535,21		13.026.750,07	L18; L19; L21	970.785,14
412	Obrigações e títulos de participação	1.175.672,88	0,00	0,00	0,00	1.175.672,88				1.175.672,88
414	Investimentos em imóveis	2.976.419,01	0,00	0,00	0,00	2.976.419,01				2.976.419,01
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	586,27	986,25	1.572,52				1.572,52
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
447	Adiantamentos p/cont invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Subtotal		18.089.577,10	0,00	586,27	61.036,25	18.151.199,62	0,00	13.026.750,07		5.124.449,55

POCAL	ACTIVO	BALANÇOS DAS ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL ANTES DE CONSOLIDAÇÃO					Correcções de Consolidação			GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO
		CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY	TOTAL	Débito (+)	Crédito (-)	N.º Lançamento	
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[1]+[2]+[3]+[4]	[6]	[7]		[8]=[5]+[6]-[7]
	CIRCULANTE									
	EXISTÊNCIAS									
36	Mat. primas, subsidiárias e de consumo	377.229,84	369.846,12	5.761,93	0,00	752.837,89				752.837,89
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
34	Subprodutos, desperdí., residuo. refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
32	Mercadorias	275,56	0,00	0,00	0,00	275,56				275,56
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Subtotal		377.505,40	369.846,12	5.761,93	0,00	753.113,45	0,00	0,00		753.113,45
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO									
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO									
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
211	Clientes, c/c	362.490,69	0,00	104.526,35	74.564,16	541.581,20		27.379,49	L23-L30	514.201,71
212	Contribuintes, c/c	24.867,88	0,00	0,00	0,00	24.867,88				24.867,88
213	Utentes c/c	6,36	510.164,66	0,00	0,00	510.171,02				510.171,02
218	Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança	0,00	3.202,48	0,00	0,00	3.202,48				3.202,48
228/2618	Fornecedores /Forn. Imobilizado Recep. Conferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,09	0,09				0,09
24	Estado e outros entes públicos	229.138,96	56.537,55	15.637,00	4.897,36	306.210,87				306.210,87
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
2211 + 2611	Fornecedores c/c e imobilizado c\c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	17.399,61	10.745,10	5.932,06	578.291,29	612.368,06		732,44	L5;L6	611.635,62
Subtotal		633.903,50	580.649,79	126.095,41	657.752,90	1.998.401,60	0,00	28.111,93		1.970.289,67
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS									
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00				500,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00				3.000.000,00
Subtotal		3.000.000,00	0,00	0,00	500,00	3.000.500,00	0,00	0,00		3.000.500,00
	DEPÓSITOS EM INST. FIN. E CAIXA									
12	Depósitos em instituições financeiras	5.918.558,36	2.869.402,08	4.207,39	43.366,63	8.835.534,46				8.835.534,46
11	Caixa	969,31	2.658,89	101,30	3,19	3.732,69				3.732,69
Subtotal		5.919.527,67	2.872.060,97	4.308,69	43.369,82	8.839.267,15	0,00	0,00		8.839.267,15
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
271	Acréscimos de proveitos	8.668.441,51	73.220,52	0,00	0,00	8.741.662,03				8.741.662,03
272	Custos diferidos	18.811,37	16.236,46	92.797,82	368,00	128.213,65				128.213,65
Subtotal		8.687.252,88	89.456,98	92.797,82	368,00	8.869.875,68	0,00	0,00		8.869.875,68
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES									
	TOTAL DE PROVISÕES									
	TOTAL DO ACTIVO	184.599.047,08	14.960.843,13	1.189.903,71	4.614.125,83	205.363.919,75	0,00	13.054.862,00		192.309.057,75

POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	BALANÇOS DAS ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL					Correcções Consolidação			GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO
		CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY	TOTAL	Débito (-)	Crédito (+)	N.º Lançamento	
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[1]+[2]+[3]+[4]	[6]	[7]		
	FUNDOS PRÓPRIOS									
51	Património	141.028.134,73	4.800.086,29	427.207,60	2.250.000,00	148.505.428,62	7.477.293,89		L18-L22	141.028.134,73
99	Diferenças de Consolidação									0,00
53	Outros Instrumentos de capital próprio (SNC)	0,00	0,00	22.740,00	0,00	22.740,00	22.740,00		L19; L20	0,00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-962.196,97	0,00	0,00	0,00	-962.196,97	461,59	1.185.731,59	L18; L19; L21	223.073,03
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
	Reservas	0,00		0,00	0,00	0,00				0,00
571	Reservas legais	3.173.787,18	411.829,56	1.070,15	1.207,10	3.587.893,99	414.106,81		L18-L22	3.173.787,18
572	Reservas estatutarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
574	Reservas livres	0,00	6.510.263,08	2.553,99	0,00	6.512.817,07	6.512.817,07		L18-L20	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
576	Doações	285.420,34	16.401,96	0,00	0,00	301.822,30	16.401,96		L18	285.420,34
577	Reservas decorrentes transf. Activos	0,00	536.628,06	303.076,17	0,00	839.704,23	839.704,23		L18-L20	0,00
578 + 579	Outras Reservas	0,00	0,00	0,00	536,27	536,27	536,27		L21; L22	0,00
59	Resultados transitados	12.701.154,79	-266.530,84	-286.419,71	-1.115.643,52	11.032.560,72	919.418,36	1.402.063,23	L5;L6; L18-L22	11.515.205,59
Subtotal		156.226.300,07	12.008.678,11	470.228,20	1.136.099,85	169.841.306,23	16.203.480,18	2.587.794,82		156.225.620,87
88	Resultado liquido do exercicio	1.553.354,35	-157.837,30	-35.346,43	-237.692,21	1.122.478,41				1.660.059,59
Total dos Fundos Próprios/ Capital Próprio		157.779.654,42	11.850.840,81	434.881,77	898.407,64	170.963.784,64	16.203.480,18	2.587.794,82		157.885.680,46
266	Interesses Minoritários							54.470,98	L20; L22	54.470,98
	PASSIVO									
292	Provisões para riscos e encargos	95.073,38	266.530,84	0,00	0,00	361.604,22				361.604,22
	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO									
2312 + 26812	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	5.599.488,85	0,00	375.000,00	0,00	5.974.488,85				5.974.488,85
Subtotal		5.694.562,23	266.530,84	375.000,00	0,00	6.336.093,07	0,00	0,00		6.336.093,07
	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO									
2311	Empréstimos de curto prazo/Dívida a Inst. Cré	0,00	0,00	45.000,00	80.000,00	125.000,00				125.000,00
231219	Empréstimos - Amortizações de curto prazo n	1.511.205,26	0,00	0,00	0,00	1.511.205,26				1.511.205,26
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
221	Fornecedores, c/c	5.914,27	211.484,21	70.429,15	65.482,77	353.310,40	6.204,61		L25; L26; L28; L30	347.105,79
228	Fornecedores-Facturas recepção/conferên.	178.759,58	0,00	0,00	0,00	178.759,58	18.136,68		L23; L27	160.622,90
217	Clientes e Utentes com cauções	10.011,20	18.047,17	0,00	4.157,00	32.215,37				32.215,37
219	Adiantamentos clientes, contrib, utentes	0,00	0,00	2.462,47	0,00	2.462,47				2.462,47
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	39.311,38	0,00	15.448,50	54.759,88				54.759,88
2618	Fornecedores de imobilizado - Recepção e cor	56.340,86	0,00	0,00	0,00	56.340,86				56.340,86
24	Estado e outros entes públicos	80.664,74	353,72	29.617,60	12.548,46	123.184,52				123.184,52
264	Administração autarquica	25.629,63	0,00	0,00	0,00	25.629,63	6.478,15		L24;	19.151,48
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	213.002,75	1.264.617,39	614,25	19.451,72	1.497.686,11				1.497.686,11
Subtotal		2.081.528,29	1.533.813,87	148.123,47	197.088,45	3.960.554,08	30.819,44	0,00		3.929.734,64
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
273	Acréscimos de custos	1.651.072,08	283.020,03	25.112,10	35.734,54	1.994.938,75				1.994.938,75
274	Proveitos diferidos	17.392.230,06	1.026.637,58	206.786,37	3.482.895,20	22.108.549,21	409,36		L1;	22.108.139,85
Subtotal		19.043.302,14	1.309.657,61	231.898,47	3.518.629,74	24.103.487,96	409,36	0,00		24.103.078,60
	Total do Passivo	26.819.392,66	3.110.002,32	755.021,94	3.715.718,19	34.400.135,11	31.228,80	0,00		34.368.906,31
	Total dos Fundos Próprios/Capital Próprio e Passivo	184.599.047,08	14.960.843,13	1.189.903,71	4.614.125,83	205.363.919,75	16.234.708,98	2.642.265,80		192.309.057,75



Demonstrações de Resultados das entidades de perímetro de consolidação

ANO 2017

Unid.: €

POCAL	CUSTOS E PERDAS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL					Correcções Consolidação			GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO
		CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY	TOTAL	Débito (+)	Crédito (-)	N.º Lançamento	
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[1]+[2]+[3]+[4]	[6]	[7]		[8]=[5]+[6]-[7]
61	CMVMC	255.272,91	95.452,78	0,00	12.191,18	362.916,87		130,00	L2	362.786,87
62	Fornecimentos e serviços externos	5.491.595,46	4.122.838,54	147.169,26	181.612,28	9.943.215,54		327.487,81	L1; L3; L4; L7; L9; L11; L12; L14 - L17; L23	9.615.727,73
641 + 642	CUSTOS COM O PESSOAL									0,00
643 a 649	Remunerações	5.372.189,93	1.281.556,44	173.167,40	171.178,22	6.998.091,99				6.998.091,99
	Encargos Sociais	1.444.130,40	373.899,34	12.640,91	37.004,65	1.867.675,30		5.345,25	L8	1.862.330,05
63	Transf. e subs. correntes concedidos e prest s	2.929.988,56	0,00	0,00	0,00	2.929.988,56				2.929.988,56
66	Amort exercício/imob corpóreo e incorpóreo	6.212.713,67	934.871,61	27.092,18	635.669,31	7.810.346,77				7.810.346,77
67	Provisões do exercício	47.349,92	13.589,60	0,00	0,00	60.939,52				60.939,52
65	Outros custos e perdas operacionais	341.301,65	120.191,18	4.220,85	6.229,71	471.943,39		96.341,78	L4; L10; L13-L15	375.601,61
	(A) Custos e perdas operacionais	22.094.542,50	6.942.399,49	364.290,60	1.043.885,35	30.445.117,94	0,00	429.304,85		30.015.813,09
68	Custos e perdas financeiros	491.056,08	0,00	13.776,18	415,68	505.247,94		435.388,30	L18, L19; L21	69.859,64
	(C) Custos e perdas correntes	22.585.598,58	6.942.399,49	378.066,78	1.044.301,03	30.950.365,88	0,00	864.693,15		30.085.672,73
69	Custos e perdas extraordinários	742.986,17	18.163,68	0,00	6.955,14	768.104,99				768.104,99
	(E) Custos e perdas dos exercício	23.328.584,75	6.960.563,17	378.066,78	1.051.256,17	31.718.470,87	0,00	864.693,15		30.853.777,72
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00	55,55	483,90	539,45				539,45
	(G) Custos e perdas + Imp. s/ o rend. do ex.	23.328.584,75	6.960.563,17	378.122,33	1.051.740,07	31.719.010,32	0,00	864.693,15		30.854.317,17
887	Resultado líquido Interesses Minoritários							11.014,15	L20; L22	-11.014,15
	(H) Sub-total	23.328.584,75	6.960.563,17	378.122,33	1.051.740,07	31.719.010,32	0,00	875.707,30		30.843.303,02
88	Resultado líquido consolidado do exercício	1.553.354,35	-157.837,30	-35.346,43	-237.692,21	1.122.478,41				1.660.059,59
	TOTAL	24.881.939,10	6.802.725,87	342.775,90	814.047,86	32.841.488,73	0,00	875.707,30		32.503.362,61

POCAL	PROVEITOS E GANHOS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL					Correcções Consolidação			GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO
		CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY	TOTAL	Débito (-)	Crédito (+)	N.º Lançamento	
		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[1]+[2]+[3]+[4]	[6]	[7]		[8]=[5]-[6]+[7]
	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS									
7111	Vendas de mercadorias	2.708,86	0,00	0,00	0,00	2.708,86				2.708,86
7112 + 7113	Vendas de produtos	2.805,82	2.021.002,13	0,00	0,00	2.023.807,95	208.527,54		L4; L14; L15	1.815.280,41
712 a 718	Prestações de serviços e outros	624.135,56	4.540.406,11	314.275,89	126.934,20	5.605.751,76	208.678,78		L2-L4; L7; L11; L12; L14-L17; L25; L29	5.397.072,98
72	Impostos e taxas	6.777.606,19	6.706,58	0,00	0,00	6.784.312,77				6.784.312,77
	Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
75	Trabalhos para a própria entidade	548.445,53	83.569,09	0,00	0,00	632.014,62				632.014,62
73	Proveitos suplementares	1.266,42	7.821,70	0,00	0,00	9.088,12	59,53		L9	9.028,59
74	Transf. e subsídios obtidos/Sub à exploração	12.468.458,89	0,00	0,00	161.259,00	12.629.717,89				12.629.717,89
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	51.690,83	11.130,11	0,00	0,00	62.820,94	5.345,25		L8	57.475,69
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	20.477.118,10	6.670.635,72	314.275,89	288.193,20	27.750.222,91	422.611,10	0,00		27.327.611,81
78	Proveitos e ganhos financeiros	2.969.588,88	3.919,52	0,00	0,00	2.973.508,40				2.973.508,40
	(D) Proveitos e ganhos correntes	23.446.706,98	6.674.555,24	314.275,89	288.193,20	30.723.731,31	422.611,10	0,00		30.301.120,21
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.435.232,12	128.170,63	28.500,01	525.854,66	2.117.757,42	2.844,44	87.329,42	L10; L13; L19	2.202.242,40
	(F) Proveitos totais	24.881.939,10	6.802.725,87	342.775,90	814.047,86	32.841.488,73	425.455,54	87.329,42		32.503.362,61



Mapa das operações de correção de consolidação descriminadas

	Entidades	LANÇAMENTO		CONTAS A DÉBITO		CONTAS A CRÉDITO		Observações
		N.º	Descrição	POCAL	Valor (€)	POCAL	Valor (€)	
CUSTOS E PROVEITOS	SMA - CMA	L1	Ramal de ligação	274	409,36	62	409,36	
		L2	Fornecimento material	712	130,00	61	130,00	
		L3	Reparação rede de rega	712	160,28	62	160,28	
		L4	Emissão água 2017	711	208.060,80	65	92.878,30	
		L5	Tarifas San. ant. a 2008	712	138.624,71	62	253.807,21	
		L6	Tarifas RSU ant. a 2008	59	439,29	268	439,29	
	CMA - SMA	L7	Encargos de cobrança 2,5%	59	293,15	268	293,15	
		L8	Encargos de cobrança 2,5%	712	3.996,73	62	3.996,73	
		L9	Análises Clínicas + Medicina Trabalho	76	5.345,25	648	5.345,25	
	TAGUSVALLEY - CMA	L10	Comunicações VOIP	738	59,53	62	59,53	
		L11	Quota Anual 2017	79	2.000,00	65	2.000,00	
	TAGUSVALLEY - A. LOGOS	L12	Análises INOVLINEA	712	33,00	62	33,00	
		L13	Análises água	712	5.784,85	62	5.784,85	
	A. LOGOS - CMA	L14	Quota Anual 2017	79	844,44	65	844,44	
		L15	Emissão água 2017	711	56,78	65	265,36	
	SMA - TAGUSVALLEY	L16	Emissão água 2017	712	747,04	62	538,46	
		L17	Emissão água 2017	711	409,96	65	353,68	
	SMA - A.LOGOS	L18	Análises alimentares	712	849,76	62	906,04	
		L19	Análises água	712	3.881,66	62	3.881,66	
CIRCULARIZAÇÃO INVEST. FINANCEIROS	CMA - SMA	L20	Análises água	712	53.866,69	62	53.866,69	
		L21	Anulação do investimento financeiro da CMA nos SMA (100%)	51	4.800.086,29	411	536.628,06	
		L22	Anulação do investimento financeiro da CMA nos SMA (100%)	571	411.829,56	411	6.709.532,49	
		L23	Anulação do investimento financeiro da CMA nos SMA (100%)	574	6.510.263,08	411	4.604.680,26	
		L24	Anulação do investimento financeiro da CMA nos SMA (100%)	576	16.401,96	55	366.094,70	
		L25	Anulação do investimento financeiro da CMA nos SMA (100%)	577	536.628,06	68	157.837,30	
	CMA - A.LOGOS	L26	Anulação da participação detida pela CMA na A. LOGOS de 95,74%	59	99.563,86			
		L27	Anulação da participação detida pela CMA na A. LOGOS de 95,74%	51	409.000,00	411	313.488,27	
		L28	Anulação da participação detida pela CMA na A. LOGOS de 95,74%	53	21.770,82	59	274.212,49	
		L29	Anulação da participação detida pela CMA na A. LOGOS de 95,74%	571	1.024,54	68	49.830,96	
		L30	Anulação da participação detida pela CMA na A. LOGOS de 95,74%	574	2.445,14	79	87.329,42	
		L31	Anulação da participação detida pela CMA na A. LOGOS de 95,74%	577	290.159,06			
	CMA - TAGUSVALLEY	L32	Reconhecimento de interesses minoritários	55	461,59			
		L33	Reconhecimento de interesses minoritários	51	18.207,60	578 + 579	0,00	
		L34	Reconhecimento de interesses minoritários	53	969,18	59	12.207,22	
		L35	Reconhecimento de interesses minoritários	571	45,61	887	1.506,47	
		L36	Reconhecimento de interesses minoritários	574	108,85	266	18.534,67	
		L37	Reconhecimento de interesses minoritários	577	12.917,11			
	CMA - TAGUSVALLEY	L38	Anulação da participação detida pela CMA na TAGUSVALLEY de 96,00%	51	2.160.000,00	411	862.420,99	
		L39	Anulação da participação detida pela CMA na TAGUSVALLEY de 96,00%	571	1.158,82	55	819.636,89	
		L40	Anulação da participação detida pela CMA na TAGUSVALLEY de 96,00%	578 + 579	514,82	59	1.071.017,78	
		L41	Anulação da participação detida pela CMA na TAGUSVALLEY de 96,00%	59	819.122,06	68	227.720,04	
		L42	Reconhecimento de interesses minoritários	51	90.000,00	59	44.625,74	
		L43	Reconhecimento de interesses minoritários	571	48,28	887	9.507,69	
CIRC. TERC.	SMA - CMA	L44	Reconhecimento de interesses minoritários	578 + 579	21,45	266	35.936,31	
		L45	Anulação Conta Corrente	228	17.640,13	211	13.596,12	
	A.LOGOS - SMA	L46	Anul. CC - Cobrança água	264	6.478,15	62	4.044,01	
		L47	Anul. CC - Emissão água dez-16	221	290,17	211	1.112,23	
	A.LOGOS - CMA	L48	Anul. CC - Boletins de análises	712	563,47	211	5.365,92	
		L49	Anulação Conta Corrente	221	2.985,21	211	161,24	
	A.LOGOS - TAGUSVALLEY	L50	Anul. CC - Análises de alimentos	228	496,55	211	3.677,61	
CIRC. TERC.	A.LOGOS - TAGUSVALLEY	L51	Anul. CC - Análises INOVLINEA	221	2.821,13	211	496,55	
		L52	Anul. CC - Análises INOVLINEA	712	2.821,13	211	2.821,13	
	SMA - TAGUSVALLEY	L53	Anul. CC	712	40,59	211	40,59	
CIRC. TERC.	SMA - TAGUSVALLEY	L54	Anul. CC	221	108,10	211	108,10	
		L55	Anul. CC	221	108,10	211	108,10	



8. Discriminação da rubrica “Diferenças de Consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Tal como nos anos anteriores, aplicou-se o **método de consolidação integral**, que consiste na integração pela totalidade no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante, dos elementos dos respetivos Balanços, Demonstrações de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados por “Interesses Minoritários”, sempre que tal seja aplicável.

➤ **Diferenças de Consolidação**

A CMA tem contabilizado na conta patrimonial *41 - Investimentos financeiros* o valor da participação dos capitais próprios dos SMA, pelo método da equivalência patrimonial (MEP). Sendo o valor da participação na entidade mãe igual ao valor da fração dos capitais próprios dos SMA e sendo uma entidade “detida a 100%”, não há lugar ao reconhecimento de diferenças de consolidação.

Na mesma conta patrimonial, a CMA tem, também, contabilizada a percentagem na A. Logos (95,74%) que corresponde ao montante de 409.000€ detido no Fundo Patrimonial e a percentagem detida na Tagusvalley (96,00%, o mesmo valor de 2016) que se traduz em 2.160.000€.

No ano em análise e para dar cumprimento ao princípio de especialização do exercício, voltamos a aplicar o MEP nestas participações. Assim, procedemos a ajustamentos nas contas individuais da CMA, refletindo o impacto das contas de 2016 aprovadas e das contas de 2017 em versões não aprovadas/assinadas. O valor registado nas contas individuais da CMA apenas não coincide com os montantes registados nas demonstrações financeiras da entidade Tagusvalley a 31/12/2017, tendo sido entretanto facultadas as demonstrações financeiras das entidades aprovadas.



Em 2016 foi aplicado pela primeira vez o MEP nestas participações (TagusValley e A. Logos), no entanto face à falta de informação contabilística do ano de 2016, a tempo da preparação das contas individuais da CMA, o MEP foi somente aplicado tendo por base os dados de 31/12/2015 tendo sido registados os ajustamentos necessários em 2017 nas contas individuais da CMA devido ao MEP, refletindo já o impacto de 2016.

Desde 2015 que foi adotado o procedimento de relativamente às diferenças de consolidação de natureza ativa. Desde esse exercício que se considerou que estas mesmas diferenças de consolidação resultam de acontecimentos de anos anteriores, pelo que foi feito o seu registo na rubrica de Resultados Transitados (Conta 59), que se acredita proporcionar uma imagem mais adequada das contas consolidadas.

Relativamente às diferenças de consolidação de natureza passiva, continuam, tal como em 2014, a ser representadas na situação líquida do Balanço Consolidado, mas somente no montante que foi apurado como sendo de anos anteriores, tendo sido o remanescente considerado em *Resultados do Exercício*, tal como previsto nas normas aplicáveis. Em 2016, tendo sido aplicado o MEP nas restantes entidades do perímetro, as eventuais diferenças de consolidação passivas foram integralmente consideradas em Resultados do Exercício. Em 2017 atendo aos reajustes que aconteceram nos valores do MEP, seguiu-se idêntica política. Em 2018 prevê-se que seja possível identificar inequivocamente o diferencial a considerar em eventuais Resultados do Exercício ou Resultados Transitados.

9. Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Vide capítulo VII – Informações relativas a políticas contabilísticas – ponto 22 e capítulo VIII – Informações relativamente a determinadas rubricas – ponto 39.

10. Situação em que foram utilizados os resultados provenientes das operações efetuadas entre as entidades compreendidas na consolidação quando estejam incluídos nos valores contabilísticos dos ativos, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os



resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação forem materialmente relevantes.

Não existem.

11. Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não existiram acontecimentos importantes, dos quais tenha havido conhecimento entre as datas de elaboração das respetivas prestações de contas e a preparação das contas consolidadas. De referir, que aquando da preparação das contas individuais da CMA as entidades integradas no perímetro apresentaram as contas provisórias, no entanto, na elaboração das contas consolidadas foram analisadas e tratadas as respetivas contas já aprovadas.

12. Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.

Não existem.

13. Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não existem.

14. Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.

Não existem.



15. Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Vide capítulo VII-Informações relativas a políticas contabilísticas – ponto 22.



IV. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

16. Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, desagregada por rubrica patrimonial.

Mapa do Endividamento consolidado de médio e longo prazo

POCAL	Ano 2017				Endividamento Consolidado
	Empréstimos obtidos de médio e longo prazo				
	CMA	SMA	A.Logos	Tagusvalley	
2312 - Dívidas a Terceiros MLP - Empréstimos Obtidos MLP	5.095.675,36 €	- €	375.000,00 €	- €	5.470.675,36 €

Não houve lugar a correções de consolidação na conta patrimonial referente às dívidas a terceiros de médio e longo prazo.

17. Montante total das dívidas a terceiros com natureza de médio e longo prazo, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – discriminadas

Ano 2017					
POCAL	Entidade Credora	Nº Empréstimo	Valor Contratado	Data de Vencimento	Endividamento Consolidado
CMA					
23121101	Caixa Geral Depósitos	0003001243491	7.481.968,46 €	17-05-2020	815.245,71 €
23121102	Caixa Geral Depósitos	9015002952691	9.975.958,00 €	09-07-2022	2.785.640,03 €
23121201	Santander Totta	51-0000-30084275501	1.283.656,39 €	22-06-2021	188.772,99 €
23121202	Santander Totta	51-0000-30086780501	711.535,20 €	22-06-2021	104.637,70 €
23121301	Novo Banco	07700013596	1.650.000,00 €	03-08-2026	935.000,00 €
23121401	IFDR, IP.	09-0644-FEDER-012014	595.333,76 €	30-04-2022	221.067,35 €
23121402	IFDR, IP.	03-0344-FEDER-012010	599.376,36 €	08-05-2022	45.311,58 €
Sub-Total			22.297.828,17 €		5.095.675,36 €
A.LOGOS					
23	CCAM	56060915141-(3681726)			375.000,00 €
Sub-Total			- €		375.000,00 €
TOTAL			22.297.828,17 €		5.470.675,36 €



V. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS FINANCEIROS E FLUXOS FINANCEIROS E FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

18. Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros, desagregada por tipo.

Ano 2017
Unid.: €

Tipo de fluxos	CMA e SMAS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrig. do Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Receb. do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Rec. ou equiv. do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=[2+3]-[4+5]	7	8	9	10	11=[7+8]-[9+10]
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	-32.846,46	-503.289,02		518.495,85	-17.639,63	16.423,23	514.556,51		-518.495,85	12.483,89
Part. Capital Numerário										
Part. Capital Espécie										
Outros	-6.250,53	-160.096,13		159.868,51	-6.478,15		159.868,51		-159.868,51	0,00
TOTAL	-39.096,99	-663.385,15	0,00	678.364,36	-24.117,78	16.423,23	674.425,02	0,00	-678.364,36	12.483,89

Ano 2017
Unid.: €

Tipo de fluxos	CMA e A.LOGOS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrig. do Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Receb. do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Rec. ou equiv. do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=[2+3]-[4+5]	7	8	9	10	11=[7+8]-[9+10]
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	-386,71	-6.936,05		6.826,21	-496,55	386,71	6.936,05		-6.826,21	496,55
Part. Capital Numerário										
Part. Capital Espécie										
Outros	0,00	-844,00		844,00	0,00	0,00	844,00		-844,00	0,00
TOTAL	-386,71	-7.780,05	0,00	7.670,21	-496,55	386,71	7.780,05	0,00	-7.670,21	496,55

Ano 2017
Unid.: €

Tipo de fluxos	CMA e TAGUSVALLEY									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrig. do Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Receb. do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Rec. ou equiv. do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=[2+3]-[4+5]	7	8	9	10	11=[7+8]-[9+10]
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais										
Part. Capital Numerário		-60.000,00		60.000,00		60.000,00			-60.000,00	0,00
Part. Capital Espécie										
Outros		-2.000,00		2.000,00	0,00		2.000,00		-2.000,00	0,00
TOTAL	0,00	-62.000,00	0,00	62.000,00	0,00	60.000,00	2.000,00	0,00	-62.000,00	0,00



Ano 2017
Unid.: €

Tipo de fluxos	SMA e A.LOGOS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrig. do Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Receb. do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Rec. ou equiv. do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=[2+3]-[4+5]	7	8	9	10	11=[7+8]-[9+10]
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	-2.564,58	-52.060,92		51.801,53	-2.823,97	-3.408,24	58.902,16		-52.106,48	3.387,44
Part. Capital Numerário										
Part. Capital Espécie										
Outros										
TOTAL	-2.564,58	-52.060,92	0,00	51.801,53	-2.823,97	-3.408,24	58.902,16	0,00	-52.106,48	3.387,44

Ano 2017
Unid.: €

Tipo de fluxos	SMA e TAGUSVALLEY									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrig. do Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Receb. do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Rec. ou equiv. do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=[2+3]-[4+5]	7	8	9	10	11=[7+8]-[9+10]
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	-112,69	-1.340,75		1.345,34	-108,10	0,00	1.453,44		-1.345,34	108,10
Part. Capital Numerário										
Part. Capital Espécie										
Outros										
TOTAL	-112,69	-1.340,75	0,00	1.345,34	-108,10	0,00	1.453,44	0,00	-1.345,34	108,10

Ano 2017
Unid.: €

Tipo de fluxos	A.LOGOS e TAGUSVALLEY									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo Inicial	Direitos/ Obrig. do Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Receb. do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos/ Obrigações const. Exerc.	Anul./Reg. no exercício	Pag. / Rec. ou equiv. do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=[2+3]-[4+5]	7	8	9	10	11=[7+8]-[9+10]
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações Comerciais	-2.696,53	-4.774,44		4.690,43	-2.780,54	2.696,53	4.815,03		-4.690,43	2.821,13
Part. Capital Numerário										
Part. Capital Espécie										
Outros										
TOTAL	-2.696,53	-4.774,44	0,00	4.690,43	-2.780,54	2.696,53	4.815,03	0,00	-4.690,43	2.821,13



19. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

A ótica de fluxos de caixa – operações orçamentais, é exclusiva das entidades que utilizam o sistema de contabilidade pública, no caso da CMA, o POCAL. Como tal, para a entidades de direito privado, que utilizam o SNC, a construção de um mapa com uma visão contabilística a que não estão obrigados, e, por conseguinte, que não utilizam, afigura-se como uma enorme dificuldade. Decorrente desta dificuldade, considera-se que os dados apurados, dificilmente refletiriam uma imagem verdadeira e apropriada da realidade, no que se refere ao mapa em análise, pelo que se optou pela sua não inclusão em sede de consolidação de contas.

Ainda assim, no quadro seguinte são apresentados os lançamentos de correções de consolidação efetuados, com o objetivo da eliminação das operações de fluxos de caixa orçamentais existentes, entre as entidades que pertencem ao perímetro de consolidação, que ocorreram no decurso do exercício de 2017.

FLUXOS DE CAIXA	Entidades	LANÇAMENTO		CONTAS A DÉBITO		CONTAS A CRÉDITO		Observações
		N.º	Descrição	POCAL	Valor (€)	POCAL	Valor (€)	
SMA - CMA	LFC 1	Ramal de ligação	100801	503,51	020220	503,51		
	LFC 2	Análises Cl + Med. Trabalho	08019999	3.155,39	010301	3.155,39		
	LFC3	Emissão água DEZ-16 e JAN-NOV 2017	07011101	226.551,62	020201	270.994,30		
			07020901	44.442,68	06020305	185.059,91		
			07020905	89.648,79				
			04019901	4.351,77				
			OT	91.059,35				
	LFC4	Reparação rede de rega	07020902	197,14	020203	197,14		
	LFC5	Fornecimentos	07020902	159,90	070115	159,90		
	LFC6	Encargos de cobrança 2,5%	07020999	3.996,73	020224	3.996,73		
	LFC7	Análises Clínicas + Med Trab.	08019999	500,00	010301	500,00		
	LFC8	Comunicações VOIP	08019999	73,22	020209	73,22		
	LFC9	Pagamento ao ACSS	Op. Tesour.	13.691,16	Op. Tesour.	13.691,16		
	LFC10	Tarifas San. ant. a 2008	Op. Tesour.	439,29	060201	439,29		
	LFC11	Tarifas RSU ant. a 2008	07020905	293,15	060201	293,15		
TAGUSVALLEY - CMA	LFC12	Quota anual 2017	Corrente	2.000,00	06020305	2.000,00		
	LFC13	Aquisição UP's	Capital	60.000,00	Capital	60.000,00		
A.LOGOS - CMA	LFC14	Boletins de análises	08010999	6.618,82	020220	6.618,82		
	LFC15	Quota anual 2017	Corrente	844,44	06020305	844,44		
A.LOGOS - TAGUSVALLEY	LFC16	Análises alimentos	Corrente	4.774,44	Corrente	4.774,44		
SMA - TAGUSVALLEY	LFC17	Emissão água DEZ-16 E JAN-NOV 2017	07011101	62,69	020201	1.345,34		
			07020901	509,94				
			07020905	265,93				
			04019901	0,76				
			OT	506,02				
SMA - A.LOGOS	LFC16	Emissão água NOV e DEZ-15	07011101	430,88	020201	2.201,66		Em 2016, a A.LOGOS não registou o pagamento efetuado referente à emissão de água de dez - 17, originando a diferença de consolidação inversa à do ano anterior, pelo menos montante.
			07020901	515,95				
			07020905	353,68				
			04019901	4,99				
			OT	759,68				
			Dif. Consol	136,48				



Conforme referido anteriormente, apenas os fluxos de caixa de operações orçamentais, entre a CMA e os SMA serão anulados no Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados.

MAPA RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

		Ano 2017	
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior Consolidado	9.291.162,39 €	Despesas Orçamentais	27.281.890,27 €
Execução Orçamental	8.962.244,57 €	Correntes	19.347.700,10 €
Operações de Tesouraria	328.917,82 €	Capital	7.934.190,17 €
Receitas Orçamentais	28.855.893,38 €	Operações de Tesouraria	4.422.390,91 €
Correntes	26.658.673,18 €	Saldo Gerência Seguinte Consolidado	11.791.588,63 €
Capital	2.185.826,05 €	Execução Orçamental	10.444.749,04 €
Outras	11.394,15 €	Operações de Tesouraria	1.346.839,59 €
Operações de Tesouraria	5.348.814,04 €		
Total	43.495.869,81 €	Total	43.495.869,81 €



MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DISCRIMINADO

Ano 2017
Unid.: €

Classificação Económica		RECEBIMENTOS				N.º LANÇ.	TOTAL CONSOLIDADO
Código	Descrição	CMA	SMA	TOTAL ANTES DE CONSOL.	CORRECÇÕES CONSOLIDAÇÃO		
	Saldo de Gerência Anterior	7.821.245,26	1.575.106,93	9.396.352,19			9.291.162,39
0001	Execução Orçamental	7.714.526,71	1.247.717,86	8.962.244,57			8.962.244,57
0002	Operações de Tesouraria	106.718,55	327.389,07	434.107,62	105.189,80	LFC3;LFC9;LFC10	328.917,82
	Total das Receitas Orçamentais	24.312.636,73	4.917.130,55	29.229.767,28			28.855.893,38
	Receitas Correntes	22.249.433,94	4.782.609,63	27.032.043,57			26.658.673,18
01	Impostos directos	6.833.602,31	0,00	6.833.602,31			6.833.602,31
0102	Outros	6.833.602,31	0,00	6.833.602,31			6.833.602,31
02	Impostos indirectos	147.588,03	0,00	147.588,03			147.588,03
0202	Outros	147.588,03	0,00	147.588,03			147.588,03
04	Taxas, multas e outras penalidades	265.584,15	64.040,45	329.624,60			325.272,83
0401	Taxas	59.568,38	51.631,09	111.199,47			106.847,70
040123	Taxas específicas das autarquias locais	59.568,38	0,00	59.568,38			59.568,38
04019901	Taxa de recursos hídricos	0,00	51.631,09	51.631,09	4.351,77	LFC3	47.279,32
0402	Multas e outras penalidades	206.015,77	12.409,36	218.425,13			218.425,13
05	Rendimentos da propriedade	2.969.680,70	11.275,52	2.980.956,22			2.980.956,22
0502	Juros-Sociedades financeiras	24.736,02	4.675,52	29.411,54			29.411,54
0503	Juros-Administrações Públicas	33,92	0,00	33,92			33,92
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãoofinanc.	8.748,65	0,00	8.748,65			8.748,65
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	951,17	0,00	951,17			951,17
0510	Rendas	2.935.210,94	6.600,00	2.941.810,94			2.941.810,94
06	Transferências correntes	11.400.937,53	0,00	11.400.937,53			11.400.937,53
0603	Administração central	11.400.937,53	0,00	11.400.937,53			11.400.937,53
07	Venda de bens e serviços correntes	588.457,91	4.569.510,66	5.157.968,57			4.792.678,56
0701	Venda de bens	5.914,45	2.148.284,07	2.154.198,52			1.927.646,90
070103	Publicações e impressos	2.927,19	2.865,69	5.792,88			5.792,88
070108	Mercadorias	2.913,06	0,00	2.913,06			2.913,06
070111	Venda de água	0,00	2.145.418,38	2.145.418,38	226.551,62	LFC3	1.918.866,76
0702	Serviços	528.901,33	2.421.226,59	2.950.127,92			2.811.389,53
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	274.607,54	0,00	274.607,54			274.607,54
070209	Serviços específicos das autarquias	48.804,19	2.421.226,59	2.470.030,78			2.331.292,39
07020901	Saneamento	43,76	99,29	143,05	44.442,68	LFC3	-44.299,63
07020902	Resíduos sólidos	28,15	1.106.043,60	1.106.071,75	357,04	LFC4;LFC5	1.105.714,71
07020905	Cemitérios	20.949,14	1.277.451,81	1.298.400,95	89.941,94	LFC3;LFC11	1.208.459,01
07020999	Outros	12.824,58	0,00	12.824,58	3.996,73	LFC6	8.827,85
0703	Rendas	53.642,13	0,00	53.642,13			53.642,13
08	Outras receitas correntes	43.583,31	137.783,00	181.366,31			177.637,70
0801	Outras	43.583,31	137.783,00	181.366,31			177.637,70
080199	Outras	43.583,31	137.783,00	181.366,31			177.637,70
08019999	Diversas	43.583,31	27.783,00	71.366,31	3.728,61	LFC2;LFC7;LFC8	67.637,70
	Receitas Capital	2.051.808,64	134.520,92	2.186.329,56			2.185.826,05
09	Venda de bens de investimento	46.584,00	2.096,34	48.680,34			48.680,34
0901	Terrenos	37.482,00	0,00	37.482,00			37.482,00
0904	Outros	9.102,00	2.096,34	11.198,34			11.198,34
090406	Outros bens	9.102,00	2.096,34	11.198,34			11.198,34
10	Transferências de capital	2.005.224,64	120.177,76	2.125.402,40			2.124.898,89
1003	Administração central	2.005.224,64	44.254,60	2.049.479,24			2.049.479,24
1008	Outras	0,00	75.923,16	75.923,16	503,51	LFC1	75.419,65
13	Outras Receitas de Capital	0,00	12.246,82	12.246,82			12.246,82
1301	Outras	0,00	12.246,82	12.246,82			12.246,82
	Outras Receitas	11.394,15	0,00	11.394,15			11.394,15
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	11.394,15	0,00	11.394,15			11.394,15
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	11.394,15	0,00	11.394,15			11.394,15
	Operações de Tesouraria	1.870.906,51	3.477.907,53	5.348.814,04			5.348.814,04
	TOTAL	34.004.788,50	9.970.145,01	43.974.933,51	479.063,70		43.495.869,81



Ano 2017
Unid.: €

PAGAMENTOS							
Classificação Económica		CMA	SMA	TOTAL ANTES DE CONSOL.	CORRECÇÕES CONSOLIDAÇÃO	N.º LANÇ	TOTAL CONSOLIDADO
Código	Descrição						
	Total das Despesas Orçamentais	23.211.746,58	4.535.516,23	27.747.262,81			27.281.890,27
	Despesas Correntes	15.834.922,16	3.977.990,58	19.812.912,74			19.347.700,10
01	Despesas com o pessoal	6.981.488,96	1.664.342,44	8.645.831,40			8.642.176,01
0101	Remunerações certas e permanentes	5.324.032,71	1.147.927,90	6.471.960,61			6.471.960,61
0102	Abonos variáveis ou eventuais	131.495,52	120.808,18	252.303,70			252.303,70
0103	Segurança social	1.525.960,73	395.606,36	1.921.567,09	3.655,39	LFC2_LFC7	1.917.911,70
02	Aquisição de bens e serviços	5.548.018,39	2.250.734,10	7.798.752,49			7.522.987,59
0201	Aquisição de bens	893.222,58	544.906,91	1.438.129,49			1.438.129,49
0202	Aquisição de serviços	4.654.795,81	1.705.827,19	6.360.623,00	275.764,90	LFC1;LFC3;LFC4;LFC6;	6.084.858,10
03	Juros e outros encargos	51.136,58	0,00	51.136,58			51.136,58
0301	Juros da dívida pública	51.110,27	0,00	51.110,27			51.110,27
0305	Outros juros	26,31	0,00	26,31			26,31
04	Transferências correntes	2.916.961,26	0,00	2.916.961,26			2.916.961,26
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	18.378,28	0,00	18.378,28			18.378,28
0403	Administração central	3.776,00	0,00	3.776,00			3.776,00
0405	Administração local	945.688,46	0,00	945.688,46			945.688,46
0407	Instituições sem fins lucrativos	1.755.565,54	0,00	1.755.565,54			1.755.565,54
0408	Famílias	193.552,98	0,00	193.552,98			193.552,98
06	Outras despesas correntes	337.316,97	62.914,04	400.231,01			214.438,66
0602	Diversas	337.316,97	62.914,04	400.231,01	185.792,35	LFC3;LFC10;LFC11	214.438,66
	Despesas de Capital	7.376.824,42	557.525,65	7.934.350,07			7.934.190,17
07	Aquisição de bens de capital	5.015.963,68	557.525,65	5.573.489,33			5.573.329,43
0701	Investimentos	5.015.170,69	557.525,65	5.572.696,34	159,90	LFC5	5.572.536,44
0702	Locação financeira	792,99	0,00	792,99			792,99
08	Transferências de capital	382.963,81	0,00	382.963,81			382.963,81
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	2.125,00	0,00	2.125,00			2.125,00
0805	Administração local	12.647,85	0,00	12.647,85			12.647,85
0807	Instituições sem fins lucrativos	367.469,80	0,00	367.469,80			367.469,80
0808	Famílias	721,16	0,00	721,16			721,16
09	Activos financeiros	252.937,00	0,00	252.937,00			252.937,00
0907	Acções e outras participações	25.000,00	0,00	25.000,00			25.000,00
090701	Socied.e quase socied.não financeiras-Privadas	25.000,00	0,00	25.000,00			25.000,00
0908	Unidades de participação	227.937,00	0,00	227.937,00			227.937,00
10	Passivos financeiros	1.588.005,13	0,00	1.588.005,13			1.588.005,13
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1.588.005,13	0,00	1.588.005,13			1.588.005,13
11	Outras despesas de capital	136.954,80	0,00	136.954,80			136.954,80
1102	Diversas	136.954,80	0,00	136.954,80			136.954,80
9901	Operações de Tesouraria	1.873.514,26	2.562.567,81	4.436.082,07	13.691,16	LFC9	4.422.390,91
	Saldo da Gerência Seguinte	8.919.527,66	2.872.060,97	11.791.588,63			11.791.588,63
ZZ01	Execução Orçamental	8.815.416,86	1.629.332,18	10.444.749,04			10.444.749,04
ZZ02	Operações de Tesouraria	104.110,80	1.242.728,79	1.346.839,59			1.346.839,59
	TOTAL	34.004.788,50	9.970.145,01	43.974.933,51	479.063,70		43.495.869,81



VI. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

20. O montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, para que seja possível analisar a situação financeira do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, incluindo, as entidades que adotem o POCAL, sendo esta informação discriminada, por agrupamento da despesa e dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos de exercícios futuros.

Não existem.

21. Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Não existem.



VII. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

22. Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões.

O Manual de Consolidação de Contas explica, no ponto 3.4.3, os critérios valorimétricos que deverão ser adotados pelas entidades que integram o perímetro de consolidação.

Importa, no entanto, salientar que não foi possível, em tempo útil, às Associações de direito privado (A. Logos e Tagusvalley):

- O recálculo das amortizações/depreciações de acordo com o CIBE;
- O ajustamento das reavaliações do ativo imobilizado; e
- O recálculo das provisões de cobrança duvidosa.

No entanto não se estima que tenha especial impacto material o recálculo que seria necessário efetuar destas componentes.

Foi ainda necessário, da parte da CMA, proceder a algumas validações e correções das informações enviadas pelas entidades.

Apresentam-se, de seguida, os critérios valorimétricos utilizados pela CMA, pelos SMA, pela A. Logos e pela Tagusvalley.



	CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY
IMOBILIZADO	<ul style="list-style-type: none"> • Custo histórico – Bens adquiridos até ao ano 1999; • Custo aquisição, acrescido de IVA, não dedutível por via do pro-rata - Bens adquiridos desde o ano 2000; • Valor de avaliação atribuído pela Comissão de Avaliação ou quando este não exista, o valor patrimonial tributário que resulta da avaliação efetuada pelo Serviço de Finanças – Deliberação de Câmara de 29/12/2004; • Bens de imobilizado obtido a título gratuito dependendo do tipo de bens, aplica-se o respetivo critério valorimétrico (terrenos – valor patrimonial; equipamentos – valor patrimonial; edifícios e outras construções – valor avaliação ou patrimonial); • Custo de produção - Trabalhos realizados para a própria entidade, valorizados a partir do ano de 2008; • Investimentos financeiros – Sociedades anónimas (TAGUSGÁS, VALNOR e SOC.PONTO VERDE) valor nominativo das ações atualizado com a respetiva valorização anual, quando aplicável/disponível; a participação nos SMA, na TAGUSVALLEY e A. LOGOS estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, método este aplicado de acordo com os dados financeiros das respetivas entidades mais recentes disponíveis; Associações (APDREDIN e outras) registo pelo valor nominativo/aquisição das unidades de participação; FAM – Fundo de Apoio Municipal registo pelo valor nominativo/aquisição das unidades de participação, a lei 53/2014 no n.º 4 do art.º 19º prevê uma remuneração do capital social, contudo apesar de solicitada essa informação não foi disponibilizada atualizada à data de encerramento do exercício. 	<ul style="list-style-type: none"> • O ativo imobilizado é valorizado ao custo de aquisição; • Custo de produção - Trabalhos realizados para a própria entidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo histórico – Bens adquiridos até ao ano 1999; • Custo aquisição, sem IVA por ser dedutível - Bens adquiridos desde o ano 2000; • Bens de imobilizado: terreno urbano obtido a título de direito de superfície aplicando-se o critério valorimétrico: valor de avaliação; • Investimentos financeiros – Fundos de Compensação Salarial; • Reavaliação pelo método do custo de reposição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo aquisição, acrescido de IVA, não dedutível por via do pro-rata - Bens adquiridos desde o ano 2000; • Investimentos financeiros – Valor nominal, referente às seguintes participadas: Animaforum; Inoregio; Tagus, Unicentro, Tecparques.



	CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY
AMORTIZAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> Método das quotas constantes: <ul style="list-style-type: none"> Portaria 378/94 de 16 Junho; Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril – CIBE – Aplicação no ano de 2011 do art.º 34º; Tabela específica aprovada em Reunião de Câmara de 17/09/1999 para o equipamento de transporte adquirido nos anos anteriores a 2000. 	<ul style="list-style-type: none"> Método das quotas constantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Método das quotas constantes - Decreto-Regulamentar 25/2009; 	<ul style="list-style-type: none"> Método das quotas constantes - Decreto-Regulamentar 25/2009.
EXISTÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none"> As existências são valorizadas ao custo de aquisição (acrescido de IVA, não dedutível por via do pro-rata), incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. Através do sistema de inventário permanente, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas (mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo). O Relatório de Inventariação física 2017, decorre da NCI e consta do final deste ponto. 	<ul style="list-style-type: none"> As existências são valorizadas ao custo de aquisição. 	<ul style="list-style-type: none"> As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. 	n.a.
TERCEIROS	<ul style="list-style-type: none"> Valores expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam. 	n.a.	<ul style="list-style-type: none"> Valores expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam. 	<ul style="list-style-type: none"> Valores expressos pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.
ACRÉSCIMOS	Acréscimo de Proveitos: <ul style="list-style-type: none"> Juros a receber; Comparticipações a receber - Aterro Intermunicipal; Contratos Financiados – FEDER; Verbas a receber – Protocolos; Impostos diretos a receber - IMI, IUC, IMT, Derrama, participação no IRS e Impostos abolidos; 	n.a.	Acréscimo de Custos: <ul style="list-style-type: none"> Remunerações a liquidar. 	Acréscimo de Custos: <ul style="list-style-type: none"> Remunerações a liquidar.



	CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY
	<ul style="list-style-type: none"> • Vendas, prestação de serviços, proveitos suplementares – exercícios futuros; • Transferências a receber – Acordos e equivalentes; • Outros acréscimos de proveitos. <p>Acréscimo de Custos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Remunerações a liquidar; • Juros a liquidar; • Comparticipações a liquidar - Aterro Intermunicipal; • Transferências a liquidar - Protocolos e acordos; • Encargos de cobrança a liquidar; • Impostos – Retenções na fonte; • Outros acréscimos de custos. 			
DIFERIMENTOS	<p>Proveitos Diferidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subsídios para investimentos; • Outros proveitos diferidos. <p>Custos Diferidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existências Inventário - Faturas emitidas em 2017 cuja entrada no armazém ocorreu em 2018; • Seguros; • Rendas e alugueres; • Auxílios económicos, Bolsas e estudo e outros; • Transferências – Protocolos; • Outros custos diferidos. 	n.a.	<p>Custos Diferidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seguros; • Certificação de qualidade. 	<p>Proveitos Diferidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • - <p>Custos Diferidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seguros.
PROVISÕES	<ul style="list-style-type: none"> • As provisões foram calculadas tendo em conta o Princípio da Prudência e as disposições do POCAL. • Quanto às dívidas de Terceiros, cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja 	n.a.	n.a.	n.a.



	CMA	SMA	A. LOGOS	TAGUSVALLEY
	<p>devidamente justificado, têm sido constituídas provisões segundo o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL. O montante anual acumulado de provisão é determinado de acordo com a seguinte percentagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> – 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses; – 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Desde 2011 que não tem sido constituída provisão para as dívidas em mora há mais de 6 meses até 24 meses, na medida em que o ERP financeiro (Navision Cidadela) não desenvolveu o módulo de execuções fiscais. Em 2014 com a entrada em funcionamento do novo ERP (AIRC) não foi possível retomar este trabalho, contudo esta situação não terá um impacto materialmente relevante uma vez que a maior parte do saldo cerca de 298 mil € respeitam a entidades não provisionáveis. Perspetiva-se para 2018 o debelar desta lacuna. • Foram constituídas provisões para as dívidas em mora há mais de 365 dias, no valor de 66.120,19€. 			
DISPONIBILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> • As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito. 	<ul style="list-style-type: none"> • As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito. 	<ul style="list-style-type: none"> • As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito. 	<ul style="list-style-type: none"> • As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.



23. Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem.



VIII. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

24. Comentário às rubricas de Imobilizações Incorpóreas, nomeadamente as “Despesas de Instalação” e “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”.

Nos SMA não houve alteração nas rubricas em análise.

Na A. Logos e Tagusvalley não houve comentários a estas rubricas.

A tabela seguinte elenca os projetos que originaram alterações nas rubricas em análise.

Conta 431 – Despesas de instalação

Ano	Projeto
2017	Não existem movimentos nesta conta.

Conta 432 – Despesas de investigação e desenvolvimento

Ano	Projeto
2017	<ul style="list-style-type: none"> • “Mapa de Ruído para o Projeto de Revisão do Plano de Urbanização de Abrantes”; • “Estudo Hidráulico e Hidrológico do PP do Parque Urbano de Vale de Rãs”; • “Estudo acústico/mapa de ruído, no âmbito do Projeto de Revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes”

25. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões.



Mapa do Ativo Imobilizado Bruto Consolidado

Ano 2017
Unid.: €

POCAL	DESIGNAÇÃO	Saldo Inicial Antes de Consolidação	Reav./ Ajust.	Aumentos	Alienações	Transferências Abates	Saldo Final Antes de Consolidação	Op. Internas Consolidação	Nº Lanç.	Saldo Final Consolidado
Bens do Domínio Público										
451	Terreno e Recursos Naturais	9.685.034,66	0,00	116.849,00	0,00	0,00	9.801.883,66			9.801.883,66
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
453	Outras Construções e Infraestruturas	108.328.268,47	0,00	73.413,88	0,00	705.964,56	109.107.646,91			109.107.646,91
455	Bens do Domínio Hist, Art e Cultural	776.157,58	0,00	0,00	0,00	228.903,69	1.005.061,27			1.005.061,27
459	Outros Bens do Domínio Público	5.538.801,79	0,00	105.902,39	0,00	375.353,30	6.020.057,48			6.020.057,48
4445	Imobilizações Curso - Fact. Recep. Conf.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
445	Imobilizações em Curso	930.744,47	0,00	2.787.193,70	0,00	-1.310.221,55	2.407.716,62			2.407.716,62
446	Adianta. ^{tos} por Conta de Bens do Dom. Púb.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Sub-Total		125.259.006,97	0,00	3.083.358,97	0,00	0,00	128.342.365,94	0,00		128.342.365,94
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS										
431	Despesas de Instalação	965.014,30	0,00	0,00	0,00	0,00	965.014,30			965.014,30
432	Despesas de I&D	1.053.988,90	0,00	0,00	0,00	14.923,07	1.068.911,97			1.068.911,97
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	18.709,78	0,00	10.211,28	0,00	0,00	28.921,06			28.921,06
434	Software	0,00	0,00	8.803,97	0,00	0,00	8.803,97			8.803,97
443	Imobilizações em Curso	331.305,74	0,00	56.298,34	0,00	-14.923,07	372.681,01			372.681,01
4443	Imobilizações em Curso - Im.Incorpóreo - FRC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
449	Adianta. ^{tos} por Conta de Imob. Incorp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
	Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Sub-Total		2.369.018,72	0,00	75.313,59	0,00	0,00	2.444.332,31	0,00		2.444.332,31
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS										
421	Terreno e Recursos Naturais	16.698.630,74	0,00	313.308,77	0,00	0,00	17.011.939,51			17.011.939,51
422	Edifícios e Outras Construções	97.232.730,95	0,00	362.286,81	0,00	408.780,84	98.003.798,60			98.003.798,60
423	Equipamento Básico	19.448.924,01	0,00	665.205,88	0,00	62.358,47	20.176.488,36			20.176.488,36
424	Equipamento de Transporte	1.628.695,90	0,00	68.698,90	0,00	42.586,18	1.739.980,98			1.739.980,98
425	Ferramentas e Utensílios	268.230,32	0,00	10.487,63	0,00	-608,73	278.109,22			278.109,22
426	Equipamento Administrativo	8.474.771,77	0,00	124.293,10	-18.587,02	-88.932,11	8.491.545,74			8.491.545,74
427	Taras e Vasilhame	8.860,37	0,00	0,00	0,00	0,00	8.860,37			8.860,37
429	Outras Imobilizações corpóreas	8.736.531,13	0,00	135.190,82	0,00	92.127,00	8.963.848,95			8.963.848,95
442	Imobilizações em Curso	4.133.041,33	-1.318.840,71	1.621.281,62	0,00	-650.106,88	3.785.375,36			3.785.375,36
4442	Imobilizações Curso - Facturas Recep. Conf.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
448	Adianta. ^{tos} por Conta de Imob Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Sub-Total		156.630.416,52	-1.318.840,71	3.300.753,53	-18.587,02	-133.795,23	158.459.947,09	0,00		158.459.947,09
INVESTIMENTOS FINANCEIROS										
411	Partes de Capital	14.695.144,88	-347.221,37	-350.388,30	0,00	0,00	13.997.535,21	-13.026.750,07	L18; L19; L21	970.785,14
412	Obrigações e Títulos de Participação	1.175.672,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.175.672,88			1.175.672,88
414	Investimentos em Imóveis	3.089.320,04	0,00	87.040,00	-159.441,03	-40.500,00	2.976.419,01			2.976.419,01
415	Outras Aplicações Financeiras	872,39	0,00	700,13	0,00	0,00	1.572,52			1.572,52
441	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
447	Adianta. ^{tos} por Conta Invest Fin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Sub-Total		18.961.010,19	-347.221,37	-262.648,17	-159.441,03	-40.500,00	18.151.199,62	-13.026.750,07		5.124.449,55
TOTAL GERAL		303.219.452,40	-1.666.062,08	6.196.777,92	-178.028,05	-174.295,23	307.397.844,96	-13.026.750,07		294.371.094,89



Mapa das Amortizações e Provisões Consolidado

Ano 2017

Unid.: €

POCAL	DESIGNAÇÃO DE CONTAS	Saldo Inicial Antes de Consolidação	Reforço	Regularizações ou anulações	Saldo Final Consolidado
Bens do Dominio Público					
4851	Terreno e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4852	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
4853	Outras Construções e Infraestruturas	53.924.350,12	3.483.679,02	0,00	57.408.029,14
4855	Bens do Dominio Histórico, Artístico e Cultural	400.673,13	23.950,60	0,00	424.623,73
4859	Outros Bens do Dominio Público	1.269.462,75	161.523,14	0,00	1.430.985,89
4845	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
4846	Adiantamentos Conta de Bens do Dominio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total		55.594.486,00	3.669.152,76	0,00	59.263.638,76
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
4831	Despesas de Instalação	965.006,50	7,80	0,00	965.014,30
4832	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	843.994,22	13.816,86	0,00	857.811,08
4833	Propriedade Industrial e Outros Direitos	18.601,59	2.011,14	0,00	20.612,73
4834	Software	0,00	3.186,68	0,00	3.186,68
4843	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
4849	Adiantamentos Conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de Consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total		1.827.602,31	19.022,48	0,00	1.846.624,79
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
4821	Terreno e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
4822	Edifícios e Outras Construções	28.271.048,64	2.517.952,13	0,00	30.789.000,77
4823	Equipamento Básico	14.910.936,13	1.103.025,63	-808,03	16.013.153,73
4824	Equipamento de Transporte	1.460.380,72	49.279,01	0,00	1.509.659,73
4825	Ferramentas e Utensílios	242.377,32	9.778,07	-597,00	251.558,39
4826	Equipamento Administrativo	7.937.706,95	228.727,69	-107.519,13	8.058.915,51
4827	Taras e Vasilhame	8.860,37	0,00	0,00	8.860,37
4829	Outras Imobilizações Corpóreas	7.540.262,04	213.409,00	0,00	7.753.671,04
4842	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
4848	Adiantamentos Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total		60.371.572,17	4.122.171,53	-108.924,16	64.384.819,54
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
4811	Partes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
4812	Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
4814	Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
4815	Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
4841	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
4847	Adiantamentos Conta de Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		117.793.660,48	7.810.346,77	-108.924,16	125.495.083,09

Não houve lugar a operações internas, no âmbito das correções de consolidação, nas contas patrimoniais que integram o presente mapa.



26. Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não existem.

27. Montante dos ajustamentos de valor dos ativos compreendidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não existem.

28. Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimetria adotados e os respetivos preços de mercado.

Não existem.

29. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo de mercado.

Não existem.

30. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não existem.



31. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não existem.

32. Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável.

Não existem.

33. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

Ano 2017
Unid.: €

Actividade	Valor Facturado		Valor facturado consolidado
	Total	Dentro do Perímetro	
Vendas de Bens e Mercadorias			
CMA	5.514,68		5.514,68
SMA	2.021.002,13	208.527,24	1.812.474,89
A. LOGOS			
TAGUSVALLEY			
Subtotal	2.026.516,81	208.527,24	1.817.989,57
Prestações de Serviços			
CMA	568.908,69	3.996,73	564.911,96
SMA	4.540.406,11	140.511,79	4.399.894,32
A. LOGOS	318.095,05	64.137,26	253.957,79
TAGUSVALLEY	127.634,20	33,00	127.601,20
Subtotal	5.555.044,05	208.678,78	5.346.365,27
Outros (rendas e anulações)			
CMA	55.226,87		55.226,87
SMA			
A. LOGOS	-3.819,16		-3.819,16
TAGUSVALLEY	-700,00		-700,00
Subtotal	50.707,71	0,00	50.707,71
TOTAL	7.632.268,57	417.206,02	7.215.062,55



34. Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos no POCAL e de amortizações e provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não existem.

35. Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros.

Não existem.

36. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções nestas, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial.

Ano 2017

Nome	Órgão Executivo CMA		Conselho de Administração SMA		Órgão de Fiscalização	
	Situação na Entidade	Remuneração Líq. Auferida	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	CMA	SMA
Maria do Céu Oliveira Antunes Albuquerque	Presidente	35.441,90 €				
João Carlos Caseiro Gomes	Vice-Pres.	26.558,11 €	Vogal	Remunerado pela CMA		
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão	Vereador*	25.279,24 €				
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis	Vereador*	25.359,34 €	Presidente	Remunerado pela CMA		
Luís Filipe Correia Dias	Vereador*	25.740,29 €	Vogal	Remunerado pela CMA		
Elza Rufina Afonso de Jesus Vitorio	Vereador	1.854,36 €				
Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço	Vereador	2.410,49 €				
Armindo Rodrigues Silveira	Vereador	480,76 €				
Rui Manuel Duarte Batista dos Santos	Vereador	480,76 €				
TOTAL		143.605,25 €		- €		
Rosa Lopes & Gonçalves Mendes - Soc. Revisores					15.645,60 €	10.393,50 €

* Membros do Executivo da CMA que exercem o seu cargo a tempo inteiro.

Nota: Mapa não aplicável às entidades A. Logos e Tagusvalley.



37. Indicação dos diplomas legais onde se baseou a reavaliação de bens de domínio público, imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como, explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Situação não aplicável nem ao Município nem aos SMA, relativamente às restantes entidades o Município não dispõe de informação suficiente para completar este ponto (A. Logos).

38. Elaboração do quadro discriminativo das reavaliações

No decorrer do exercício de 2017, não houve lugar a reavaliações materialmente relevantes, no âmbito da prestação de contas, sendo as registadas pela entidade A. Logos respeitantes a anos anteriores. Tal como referido no ponto anterior, não foram disponibilizadas informações suficientes que permitissem, eventualmente, um tratamento mais adequado das mesmas.

39. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não existem.

40. Demonstração consolidada dos resultados financeiros



Demonstração dos resultados financeiros consolidada

Ano: 2017

Unid.: €

POCAL	CUSTOS E PERDAS	2017 Antes de Consol.	Correcções Consol.		2017 Consolidado	2016 Consolidado
			Op. Int.	Nº Lanç.		
681	Juros suportados	62.040,38			62.040,38	82.739,04
682	Perdas em entidades suportadas	435.388,30	-435.388,30	L18;L19;L21	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00			0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00			0,00	0,00
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis	0,00			0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00			0,00	0,00
688	Outros Custos e perdas financeiros	7.819,26			7.819,26	5.667,89
	Sub-Total	505.247,94	-435.388,30		69.859,64	88.406,93
	Resultados Financeiros	2.468.260,46	-435.388,30		2.903.648,76	2.854.831,80
	Total	2.973.508,40	-435.388,30		2.973.508,40	2.943.238,73

POCAL	PROVEITOS E GANHOS	2017 Antes de Consol.	Correcções Consol.		2017 Consolidado	2016 Consolidado
			Op. Internas	Nº Lanç.		
781	Juros obtidos	23.065,26			23.065,26	24.710,03
782	Ganhos em entidades participadas	8.748,65			8.748,65	0,00
783	Rendimentos de imóveis	2.940.743,32			2.940.743,32	2.918.522,35
784	Rendimentos de participações de capital	951,17			951,17	0,00
785	Diferenças de câmbios favoráveis	0,00			0,00	0,00
786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00			0,00	6,35
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00			0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00			0,00	0,00
	Total	2.973.508,40	0,00		2.973.508,40	2.943.238,73



41. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Demonstração de resultados extraordinários consolidada

Ano: 2017

Unid.: €

POCAL	CUSTOS E PERDAS	2017 Antes de Consol.	Op. Internas	Nº Lanç	2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	524.037,45			524.037,45	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00			0,00	0,00
693	Perdas em existências	9.157,32			9.157,32	1.464,55
694	Perdas em imobilizações	173.510,78			173.510,78	1.018.437,90
695	Multas e penalidades.	120,00			120,00	457,85
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00			0,00	2.122,77
697	Correcções relativas a exercicios anteriores	61.259,44			61.259,44	397.909,35
698	Outros Custos e perdas extraordinários	4.240,85			4.240,85	389,50
699	Diferenças a débito - conversão euro	0,00			0,00	0,00
Sub-Total		772.325,84			772.325,84	1.420.781,92
Resultados extraordinários		1.345.431,58			1.429.916,56	327.166,11
Total		2.117.757,42	0,00		2.202.242,40	1.747.948,03

POCAL	PROVEITOS E GANHOS	2017 Antes de Consol.	Op. Internas	Nº Lanç	2017	2016
791	Restituições de impostos	0,00			0,00	0,00
792	Recuperação de dívidas	0,00			0,00	0,00
793	Ganhos em existências	1.349,46			1.349,46	2.501,41
794	Ganhos em imobilizações	15.951,75			15.951,75	33.445,81
795	Benefícios de penalidades contractuais	9.513,57			9.513,57	12.353,79
796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00			0,00	16.435,99
797	Correcções relativas a exercicios anteriores	764.485,19			764.485,19	332.251,36
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.326.457,45			1.326.457,45	1.350.959,67
799	Diferenças a crédito - conversão euro	0,00	-84.484,98	L10;L13;L19	84.484,98	0,00
Total		2.117.757,42	-84.484,98		2.202.242,40	1.747.948,03



42. Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Provisões/ajustamentos acumulados

Ano: 2017
Unid.: €

POCAL	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	157.526,64	60.939,52	0,00	218.466,16
292	Provisões para riscos e encargos	361.604,22	0,00	0,00	361.604,22
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		519.130,86	60.939,52	0,00	580.070,38

As correções de consolidação não originaram lançamentos nas contas de POCAL discriminadas no presente mapa.

43. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos.

Não existem.

44. Valor global das dívidas que se encontram tituladas (Títulos a pagar/receber), por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não existem.



IX. INFORMAÇÕES DIVERSAS

45. Outras informações exigidas por diplomas legais.

Dívida bruta de 2017 consolidada, desagregada por natureza, em conformidade com a alínea d) do n.º 7 do art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Dívida bruta consolidada

Ano 2017									
Unid.: €									
Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros					DÍVIDA BRUTA	Correcções de Consolidação	Nº Lanç	DIVIDA BRUTA CONSOLIDADA
	MLP	CP	Operações não orçamentais						
			Cauções	Op. Tes.	Total				
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]=[3]+[4]	[6]=[1]+[2]-[5]	[7]	[8]=[6]-[7]	
CMA	5.095.675,36	1.809.480,49	10.011,20	94.099,60	104.110,80	6.801.045,05			6.801.045,05
SMA	0,00	1.533.813,87	95.395,47	1.156.788,32	1.252.183,79	281.630,08	24.226,38	L23; L24; L30	257.403,70
A.Logos	375.000,00	145.680,68	0,00	7.656,47	7.656,47	513.024,21	6.593,06	L25; L26; L27; L28	506.431,15
Tagusvalley	0,00	177.224,89	4.157,00	2.493,30	6.650,30	170.574,59			170.574,59
Total	5.470.675,36	3.666.199,93	109.563,67	1.261.037,70	1.370.601,37	7.766.273,92	30.819,44		7.735.454,48

Ano 2017
Unid.: €



46. Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

A Consolidação de Contas de 2017 foi elaborada tendo por base as demonstrações financeiras individuais de cada uma das entidades que integram o perímetro de consolidação, sendo de notar que todas elas já estavam devidamente aprovadas.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS LEI Nº 73/2013

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2017
MUNICÍPIO DE ABRANTES

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Abrantes, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 192.309 milhares de euros e um total de fundos próprios de 157.886 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1 660 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Abrantes em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração da consolidação de contas nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

- material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante da consolidação de contas com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre a consolidação de contas

Em nossa opinião, a consolidação de contas foi preparada de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 12 de Junho de 2018

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Abrantes o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **Município de Abrantes**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respectiva Certificação Legal de Contas Consolidada que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.

3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:

- A Assembleia Municipal aprecie e vote favoravelmente as contas consolidadas do Município

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 12 de Junho de 2018

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)